

UNESP - Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara

Pós-Graduação em Sociologia

Cadernos de Campo



0313025542



ISSN 1415-0689

Cadernos de Campo

Araraquara

N. 6

p.1-124

1999

**UNESP - Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
Araraquara**

Reitor

Prof. Dr. Antônio Manuel dos Santos Silva

Vice-reitor

Prof. Dr. Luís Roberto de Toledo Ramalho

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa

Prof. Dr. Fernando Mendes Pereira

Diretor

Prof. Dr. Cláudio Benedito Gomide de Souza

Vice-diretora

Profa. Dra. Maria Beatriz Loureiro de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenadora

Profa. Dra. Lucila Scavone

Vice-coordenadora

Profa. Dra. Eliana Maria de Melo Souza

Conselho Editorial
Ana Laura Mendonça Cardia
Claudio Zannoni
Edmundo Alves de Oliveira
Marisa Geralda Barbosa
Nivaldo Correia da Silva

Assessoria Técnica
Bibliotecária
Cristina Aurora Bonelli Giollo

Editoração eletrônica
Grimaud Valladão Junior

Arte da Capa
Grimaud Valladão Junior

Impressão
Seção Gráfica - FCL/CAR



Cadernos de Campo
Pós-graduação em Sociologia
Faculdade de Ciências e Letras - UNESP
Rodovia Araraquara - Jaú Km 1- Caixa Posta 174
CEP. 14800-901 - Araraquara - SP.

Cadernos de Campo (UNESP - Faculdade de Ciências e Letras - Pós-graduação
em Sociologia)
Araraquara, SP - Brasil, 1999.
ISSN 1415-0689

Sumário:

APRESENTAÇÃO.....	7
MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: UM BREVE HISTÓRICO	
<i>Andréa Cristina de Jesus OLIVEIRA.....</i>	9
O OLHAR DA INCLUSÃO: POSSIBILIDADES DE PESQUISA COM UMA CATADORA DE LIXO	
<i>Claudia Megale ADAMETES.....</i>	27
O SEBRAE NA ESTRUTURA SÓCIO-POLÍTICA BRASILEIRA: ORIGENS E ATUAÇÃO EM UM SISTEMA SOCIAL E ESTATAL HÍBRIDO	
<i>Eliana Barretto de Menezes LOPES.....</i>	47
SISTEMA DE SAÚDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DAS ONGs NO ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DA AIDS: QUESTÕES TEÓRICAS	
<i>Maria Cecília Penteado Figueira de MELLO.....</i>	67
DA EXCLUSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS À CONQUISTA DA CIDADANIA - BRASIL 1964 - 1987	
<i>Natalia Aparecida Morato FERNANDES.....</i>	83
AS ELEIÇÕES COMO ESTRATÉGIAS PARA A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1985/1994): RUPTURA OU CONTINUIDADE	
<i>Raiane Patrícia SEVERINO.....</i>	93
A ENXADA E O COMPUTADOR	
<i>Simone Cristina de OLIVEIRA.....</i>	107

Apresentação

No seu sexto número, *Cadernos de Campo* não deixa dúvidas sobre o acerto de sua existência. Este número é uma comprovação de que permanece o espaço editorial para os trabalhos de pesquisa dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia, no firme propósito de colaborar com a formação de novos pesquisadores, bem como na divulgação de suas pesquisas.

Cadernos de Campo apresenta neste número um dossiê com trabalhos vinculados à Sociologia e à Política: movimentos sociais e ONGs; inclusão e exclusão política; análise de políticas públicas; direitos políticos e cidadania; eleições, partidos políticos e transição democrática no Brasil; gênero e saúde; desenvolvimento sustentável na agricultura.

Araraquara, março de 2000.

Conselho Editorial

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: UM BREVE HISTÓRICO

Andréa Cristina de Jesus Oliveira*

RESUMO: A partir de um resgate histórico da literatura sobre movimentos sociais brasileiros, este trabalho tem por objetivo mostrar como a lógica de atuação e a ação coletiva dos participantes desses movimentos tem se transformado entre as décadas de 70, quando surgiram, e a década de 90. O trabalho ressalta que os movimentos sociais trouxeram para a política brasileira a sua contribuição como instrumento de inserção e ampliação do conceito de cidadania, assim como avalia as críticas feitas a esses movimentos a partir da década de 80, discutindo, por fim, a polêmica crise dos movimentos sociais nos anos 90.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos sociais, participação política, ação coletiva, cidadania e institucionalização.

Introdução

Os movimentos sociais emergem em um contexto social de crise, muito heterogênea e vasta, quando as lutas urbanas estão se acirrando no interior do regime ditatorial brasileiro. As lutas urbanas começam a se articular, tendo nos bairros o cenário privilegiado da ação coletiva. (Silva, 1994)

Os movimentos sociais urbanos da década de 70 surgiram também como uma forma possível de resistência ao regime militar, um *locus* onde grupos e segmentos, assim como militantes e apoios externos, podiam agir. A ampliação da vida democrática, acompanhada por um fenômeno de crescente desinteresse pela política, pode ter favorecido o vigor apresentado por formas de associativismo e comunitarismo. E essa seria

* Mestre pelo Prog. de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP. Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Teresa Miceli Kerbauy.

a possibilidade da formulação de novas bases de organização da sociedade (Vigevani, 1989)

Uma das primeiras ações a gerar movimentos populares em meados da década de 70 foi a luta pela regularização dos loteamentos clandestinos. O movimento por creches e os movimentos de saúde da zona leste de São Paulo também foram muito importantes nesse contexto histórico.

Essa década trouxe à cena uma camada popular mais participante. Isso porque setores sociais tradicionalmente excluídos da política, sentindo-se a parte desse sistema político (embora constituindo sua parte mais fraca) passaram a se organizar para reivindicar maior igualdade. Um conjunto de novos problemas e de reivindicações sociais gera a formação e o desenvolvimento de uma ampla variedade de movimentos populares de base, correntes de um processo de rearticulação dos moradores da periferia em torno de lutas por melhorias nas condições de vida urbana. Esse período da história caracterizou-se como o de maior repressão, mas mesmo assim assistiu-se a uma revitalização das manifestações da vontade popular. (Cardoso, 1984, e Jacobi, 1983)

Vários grupos populares começaram a reivindicar seus direitos. Primeiramente, reivindicaram o direito de ter direitos. O impacto desses novos movimentos sociais levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, obscurecidas pelas formas dominantes de sua representação. “Nessa representação a luta social aparece sob forma de pequenos movimentos que, num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública.” (Sader, 1987, p. 29).

A espontaneidade e o senso de justiça foram apontados como características inovadoras na participação popular. Por possuírem essas características, os movimentos populares foram apresentados como instrumentos políticos novos, uma vez que questionavam o Estado autoritário, obrigando a uma democratização; faziam reconhecer a presença dos oprimidos como novos atores políticos; colocavam-se ao lado dos partidos e sindicatos, renovando-os, e possuíam a capacidade de intervir autonomamente na correlação de forças (Cardoso, 1984).

Os movimentos sociais apareceram como novidade porque fizeram mobilizações populares de grande visibilidade. Orientaram sua ação pela defesa da autonomia, pela auto-organização, pela importância da organização de base e pela prática da democracia direta (Silva, 1994).

Havia por parte dos movimentos sociais, nos anos 70, um repúdio total às formas institucionalizadas de fazer política, bem como uma profunda desconfiança com relação a elas (Sader, 1988, e Silva, 1994).

A partir de 1974, a crise da legitimidade do regime com o fim do período do milagre econômico, teve como reflexo a luta pela volta do estado de direito e o início do debate em torno da questão dos direitos humanos (Jacobi, 1983).

O crescente processo de exclusão dos benefícios da urbanização implicou na emergência dos movimentos populares urbanos com um novo caráter pautado pela autonomia.

... nesse contexto o Estado desempenha papel fundamental no processo espoliativo, em decorrência da orientação excludente da política de investimentos públicos, tornando-se gradativamente o principal responsável pela precariedade da população que cada vez mais é relegada a uma situação de “moradores subalternos, sem direito ao usufruto das benesses da urbanização. (Jacobi, 1983, p. 150)

Enquanto os analistas da marginalidade esperavam uma explosão dos “excluídos”, foi a classe popular que se manifestou nos anos 70 e lutou para que a sociedade política a reconhecesse. É como parte desse sistema que reclamaram maior igualdade e mais participação. Isolados em seus bairros, os cidadãos enfrentaram o Estado como grupos de pressão fragmentados e que competiam pelos mesmos recursos. A unidade desses demandantes (que não podem ser qualificados como uma classe) é dada pelo Estado, que é ao mesmo tempo inimigo e legitimador. E sua força é dada por “cultura” própria na qual se preservou a rebeldia.

A classe trabalhadora abandonou a sua imagem de submissão e inserção total na sociedade de consumo. Deslocamentos sutis, pequenos atos e manifestações incapazes de incidir eficazmente sobre a

institucionalidade estatal começaram a ser valorizadas como expressão de resistência, de autonomia e de criatividade (Sader, 1987).

Desde 1976, esses movimentos, que se multiplicaram, surgiram nos mais distantes bairros, com diferentes formas de organização. Eles são resultado da capacidade de articulação dos moradores na luta pelo direito à cidadania, uma questão significativa que se coloca na prática política das classes populares.

Ressaltamos que as primeiras formas de mobilização nascem da real necessidade dos moradores, que desenvolvem diversas formas de articulação. Os movimentos por creches e centros de saúde representaram, assim, um dado novo nas lutas populares por equipamentos de consumo coletivo. Por um lado, representaram uma transformação qualitativa do enfrentamento com o Estado e, por outro, trouxeram avanços com relação ao controle popular.

Na final da década de 70, a questão básica estava

... no confronto dos movimentos sociais urbanos com o Poder Público; na politização dos conflitos, permitindo a emergência de uma perspectiva que ultrapassa a dimensão econômico-corporativa atingindo a esfera política. Discute-se a representatividade do Poder Público que se afirma capaz mas não consegue responder ao Estado. O antagonismo ao Estado cria as condições para a unidade dos seus protagonistas, acelerando o desenvolvimento de uma força social que vai adquirindo uma dinâmica própria. (Jacobi, 1980, p. 24)

Em outras palavras, os movimentos sociais, como expressões de luta pelos direitos mínimos de cidadania, constituíram uma resposta à própria violência institucional do Estado, que afetou as populações na esfera do seu cotidiano.

Por outro lado, o Estado funcionou também como fator de contenção dos movimentos, o que incorreu no processo de negociação que se desenvolveu entre ambas as partes. Não raro, o Estado colocou propostas de colaboração em prática. Essa interação, ao invés de reverter

em benefício das populações, acabou por redundar em algum tipo de intervencionismo que sufocou iniciativas originais no âmbito da localidade que poderiam se mostrar positivas em desdobramentos posteriores.

É no processo de legitimação do movimento frente ao Estado, e vice-versa, que foi criada uma nova forma de cidadania. A passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação foi mediada pela afirmação de um direito. Isso pode ser visto como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania. (Duhram, 1984)

Os movimentos sociais buscam inverter as políticas sociais implementadas pelo Estado Capitalista, sem no entanto negá-lo como estrutura de poder. Para Ammann (1991),

... o movimento popular de bairro lida com o Estado na qualidade de opositor. Ele questiona a existência do Estado, não quer destruí-lo, como fazem os anarquistas, mas afirma sua necessidade de exigir que ele cumpra as funções de sua competência. A população exige do Estado o reconhecimento de seus direitos. As lutas por moradia, saúde, educação, entre outras, levam o Estado a modificar sua relação com os movimentos populares, ora ampliando os bens e serviços coletivos, ora reafirmando a falta do atendimento.

Nos anos 80, os movimentos sociais se organizaram, os sindicatos se fortaleceram e as aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária ganharam forma na reivindicação de direitos, projetaram-se no cenário público, deixaram suas marcas em conquistas importantes na Constituição de 1988 e se traduziram na construção de sujeitos políticos hoje reconhecidos como interlocutores. No entanto, esse ideário democrático chegou ao fim e hoje vivemos uma crise de legitimidade das instituições políticas e o aprofundamento da pobreza, como nunca foi visto antes (Telles, 1994a).

Cardoso (1983) afirma que, se é possível a formação de uma identidade abrangente fundada na condição de injustiçado, sua manifestação pela interlocução direta com o Estado acaba sucumbindo

diante dos mecanismos desagregadores das várias agências estatais o termina por fragmentar-se ante a própria competição interna pelos mesmos recursos públicos. Não há, dessa maneira, possibilidade para que os movimentos sociais tornem-se sujeitos.

Com o fim do regime militar, havia uma forte expectativa depositada na força dos movimentos sociais com relação a transformações objetivas da sociedade brasileira. No entanto, em vez de transformações abruptas e profundas conduzidas por essa força, deu-se, na passagem da década, uma transição conservadora rumo à democratização, através de um pacto entre as elites políticas, em condições “fortemente favoráveis à continuidade de mecanismos e de orientações da velha ordem.” (Moisés, 1989, apud Doimo, 1993, p. 148).

Segundo Doimo (1993), ao desenvolver a reflexão de que a natureza dessas novas formas de participação reside menos nas relações de classe do que no crescimento e ampliação das funções do Estado sobre a sociedade, Cardoso e Boschi remaram contra a maré e concluíram pela inexorável fragmentação interna desses movimentos, razão pela qual seu alcance estaria circunscrito à ampliação dos direitos de cidadania, em vez das radicais mudanças estruturais das relações capitalistas, como até então se imaginara.

Durante a ditadura militar, a única alternativa de organização diante do fechamento dos canais institucionais de participação era o espaço do cotidiano. Com a abertura do regime, esse entrave deixa de existir e a prática participativa dos movimentos mudam.

... No período de fechamento político, no crepúsculo do regime militar do final da década de 70, privilegiou-se a mobilização como meio de pressão sobre o sistema de decisões, momento em que se compuseram os impulsos mais expressivo-disruptivos deste ciclo reivindicativo. No entanto, nos anos subsequentes, de abertura política e consolidação democrática, tais impulsos arrefeceram, dando lugar a sua face integrativo-corporativa, pela qual se requisitou o lado provedor do Estado, na busca de sanções positivas às demandas então construídas. (Doimo, 1993, p. 119)

Essa mudança de prática participativa tem gerado entre os analistas uma certa polêmica. Alguns acreditam que os movimentos perderam força e se encontram em um momento de refluxo. Outros afirmam que houve uma mudança de foco e que os movimentos sociais encontram-se hoje nas mesas de negociação com o Estado, usufruindo dos canais institucionais pelos quais lutaram e que lhes foram abertos pela Constituição de 1988.

Para Gohn (1994), os movimentos populares nos anos 90 entraram em crise, a desmobilização é geral, há descrença na eficácia da organização e a participação dos indivíduos nos movimentos diminuiu drasticamente.

Aliados a fatores como crise econômica do país, desemprego, políticas neo-liberais, queda do leste europeu, crise das utopias, descrença na política e na ação do Estado, estão problemas internos dos movimentos populares que fortalecem a crise.

Em primeiro lugar, ao longo dos anos 80, os movimentos populares não desenvolveram projetos políticos próprios, independentes e autônomos, dependendo de assessorias externas.

Com o processo constituinte de 1988, os partidos políticos e as administrações governamentais mais populares cooptram as lideranças dos movimentos populares para trabalharem em seus quadros.

Outro problema ocorre quando a ala progressista da Igreja católica retrocede e a evangelização retoma progressivamente o lugar da política das comunidades e movimentos de bairro. Com isso, as verbas internacionais para trabalhos comunitários em regiões carentes escasseiam.

Somente os grupos mais estruturados sobrevivem a esse processo. Surgem nesse momento as ONGs, especializadas em assessorar os movimentos populares. Mas, como esses movimentos refluíram, as ONGs deixaram de ser estruturas paralelas de assessoria e foram progressivamente ocupando o lugar dos próprios movimentos.

Há também o fenômeno da “juridização” do social que criou canais específicos para o acolhimento das demandas populares. Ocorre que a linguagem do Judiciário é muito técnica e os assessores dos movimentos

não conseguem retraduzir o jargão jurídico em linguagem simples e cotidiano.

O contraponto a essa análise vem de Silva (1998) e Carvalho (1998). Silva (1998), nos mostra como Maio de 1998 foi um mês de enorme tensão social, justamente pela volta às ruas dos mais diversos movimentos sociais. Excluídos sociais, sem terra rurais, flagelados da seca e operários grevistas foram às ruas protestar. Ao todo, Maio de 1998, só em São Paulo, contou com 17 mobilizações, entre greves, atos públicos e passeatas nas principais avenidas e ruas centrais, incluindo a ocupação de pátios de estacionamento em frente a grandes supermercados.

Desse modo, podemos perceber que ainda existe uma grande efervescência por parte da sociedade civil que continua a exigir os seus direitos.

Já Carvalho (1998), ao analisar os limites e potencialidades de várias formas de participação social, hoje, como os Conselhos Gestores, o Orçamento Participativo, Experiências de co-gestão, parcerias, participação não institucionalizada de gestão na sociedade, o MST, a Pastoral da Criança e Ação da Cidadania e os Fóruns, conclui que os movimentos sociais continuam articulados, mas que tanto sua lógica de ação quanto seus problemas são outros.

A participação popular nos espaços de gestão participativa de políticas, equipamentos e recursos públicos é um processo em construção que apenas se inicia pela construção de um marco legal e de uma cultura democrática e participativa e pela construção de habilidades e metodologias que possam fazê-los instrumentos eficientes e eficazes de melhoria da qualidade de vida e de democratização dos processos de tomada de decisões políticas.

No entanto, um dos entraves desse processo é a falta de qualificação técnica e política dos militantes. Esse entrave vem sendo contornado com a relação mais cotidiana das lideranças populares com assessores, ONGs, universidades e entidades profissionais. No entanto, no processo de aprendizado, muitas vezes, o militante afasta-se de suas bases, esvaziando assim o conteúdo da representação.

Os movimentos sociais deixam aos poucos de ser reativos para se tornarem propositivos. Passam a ocupar espaços de gestão participativa e a estudar, capacitando-se para seu novo papel propositivo e negociador.

Inegável é um certo desânimo, no entusiasmo, na cultura participativa que caracterizou as duas décadas anteriores; e a influência do fracasso das experiências socialistas do leste europeu e das revoluções africana e nicaraguense.

A crença no potencial transformador dos movimentos sociais é uma questão polêmica. Alguns autores acreditam que através de pequenas ações na esfera do cotidiano e da cultura, alcançaremos um nível considerado ótimo de democracia. Outros desconfiam desse tipo de atuação. A novidade e a importante contribuição dos movimentos sociais no processo de construção da cidadania já foram apontadas, mostraremos agora quais foram as críticas feitas a esses movimentos sociais por ocasião de seu surgimento.

O método analítico em questão

Na literatura brasileira há duas vertentes sobre a temática movimentos sociais. A primeira, estimulada por fortes razões conjunturais e ideológicas, tende a reafirmar o papel dos movimentos sociais e acentuar suas potencialidades no sentido da criação de novos sujeitos e de novos atores, demonstrando seu papel como instrumento de inserção e ampliação do conceito de cidadania. A segunda vertente analisa os movimentos sociais sob um ponto de vista diferenciado, apontando vários problemas e críticas aos teóricos que haviam trabalhado sobre a questão.

Cardoso (1984) faz parte dos intelectuais que teceram críticas aos movimentos sociais. Segundo ela, decretar que há novos atores políticos portadores de uma força transformadora sem dizer qual é o seu papel mediador entre a sociedade civil e o Estado, não é suficiente. Segundo Cardoso (1984, p. 219),

... falta um mapeamento das diferenças entre os vários movimentos sociais; das condições de sua eficácia e dos contextos políticos nas quais emergem. O processo de

mobilização popular aparece, nestas interpretações, como resposta espontânea ao autoritarismo e à incompetência dos governos. Neste quadro, a atenção dos cientistas se volta para este sentimento “oposicionista-democrático” das massas urbanas e deixa na sombra a atuação do Estado.

Não são os fenômenos singulares que devem ser comparados e sim os processos. Nesse sentido, não há entre os estudos feitos a alusão que o curso normal de desenvolvimento das formas de participação política vá do local para o geral, das formas mais espontâneas para as mais organizadas, das manifestações na esfera da reprodução para a produção. Também não há nenhum estudo mostrando que todos os processos de desenvolvimento dos movimentos sociais seguem a mesma direção e produzem resultados semelhantes. A construção dessas escalas obscurece a descrição das atividades concretas dos grupos mobilizados, porque suas ações são sempre apresentadas numa ordenação classificatória. O resultado é uma homogeneização de todas as manifestações da vontade popular, o que dificulta a análise das diferenças, das derrotas, das táticas vitoriosas e das distintas formas de mobilização. (Cardoso, 1986)

Segundo a autora, a atribuição de uma potencialidade revolucionária aos movimentos urbanos é mais a expressão de um desejo utópico dos analistas, do que o resultado da observação sistemática.

Cardoso argumenta que os movimentos estudados não são convincentes quanto ao seu papel democratizador de participação frente ao Estado, uma vez que em certos níveis administrativos, encontramos uma real influência das mobilizações que conseguem obter respostas dos organismos públicos, mas o efeito desses desafios sobre o aparelho estatal em seu conjunto é discutível.

Para a autora,

... Parece muito simplificador tomar as carências das periferias urbanas como fator capaz de produzir espontaneamente a mobilização para a ação. Como já vimos, algumas vezes se supõe que a supressão dos canais

institucionais de expressão de interesses facilitou a ação direta e autêntica das bases populares. Sem tutela, o povo começou a criar mecanismos de comunicação com as agências estatais, desafiando-as (Cardoso, 1986).

Ela diz que, quando os sociólogos afirmam que o Estado, por ser o inimigo comum, é o unificador dos movimentos sociais, estão expressando uma parte da realidade. Tomada por esse ângulo, a vivência da condição de injustiçado permite a criação de uma identidade abstrata que só se concretiza diante do promotor da injustiça - o governo. Mas todos os mecanismos que os órgãos públicos utilizam para responder às reivindicações populares levam à sua fragmentação e separação. Cada grupo se dirige a uma esfera da administração e pode se defrontar com políticas tão diversas que chegam a ser contraditórias. Em certos momentos, encontram receptividade, e em outros, deparam-se com uma grande inflexibilidade. Nessa oposição, sempre estará presente o fantasma da manipulação e do populismo de Estado que são a contrapartida da procurada autenticidade da participação popular. Segundo Cardoso (1986), parece útil admitir que o povo também manipula quando pode e, atualmente, pelo menos negocia com certo desembaraço com as agências públicas.

No entanto, a autonomia ideológica dos movimentos sociais urbanos não garante a possibilidade de intervenção na correlação de forças dos sistemas políticos dominantes. Sua ação reivindicativa, ainda que autêntica, é positiva, porém fragmentada e limitada pelo próprio aparelho do Estado.

Apesar da aparente apartidarização e autonomia dos movimentos, houve a esperança de que eles fecundassem os partidos. Mas a atuação militante freqüentemente enfraqueceu esses movimentos, que foram cooptados pelos partidos e arrefeceram, uma vez que tomar partido implica romper o consenso criado pela vivência comum.

No Brasil, a dimensão analítica dos trabalhos sobre movimentos sociais se apoiou na idéia das contradições urbanas como fator indutor das reivindicações populares. Essa temática fundou-se em torno de um paradigma de pesquisas centrado na questão do papel do Estado face à

acumulação monopolista e às contradições urbanas - demandas decorrentes das carências de meios de consumo coletivo. (Jacobi, 1984)

Já Boschi (1983) afirma que algumas análises deixam um vazio quanto aos nexos entre a progressiva democratização das relações sociais e a possível institucionalização de tais ações no plano político.

Para Jacobi(1984, p.24), não raro

... as análises têm minimizado o papel dos agentes externos que, orientados por motivações basicamente ideológicas, têm exercido influência significativa sobre a dinâmica dos movimentos. Em contraposição, existe uma tendência à sobrevalorização do caráter espontâneo da mobilização, que procura não subordinar seus fins aos das organizações políticas e torna muito difícil a institucionalização das relações com o Estado, comprometendo os próprios objetivos. Neste sentido, coloca-se a discussão em torno do caráter autônomo dos movimentos, colocando a questão da tensão permanente em torno da sua institucionalização e o seu papel na transformação das estruturas de dominação.

O que se verifica, na análise da maioria dos estudos existentes, é que a emergência das reivindicações está indiscutivelmente associada à agudização de carências urbanas e de exclusão, como é o caso dos movimentos de saúde, por creches, movimentos por transporte, movimentos por habitação, luta pela terra, movimentos por água e tantos outros.

Segundo Jacobi, alguns estudos não evidenciam o papel democratizador da mobilização e participação popular, colocando em xeque o autoritarismo do Estado, mas mostra um Estado cada vez mais apto a absorver a maioria das demandas populares.

Três aspectos são cruciais para tratar a questão: a relação entre os movimentos e a estrutura partidária, o papel dos agentes externos e a formação de identidades culturais e políticas.

Outra crítica bastante relevante, feita por Boschi (1983), aponta a difícil relação entre a autonomia e os agentes externos aos movimentos.

A espontaneidade dos movimentos e sua autonomia foram colocadas em xeque, pois verificou-se que agentes externos, em geral, exercem um papel extremamente mobilizador, o que nem sempre corresponde a dizer que sua atuação não seja detrimental, em última análise, às populações envolvidas. Boschi salienta que a presença de um elemento exterior funciona como catalisador, nas fases iniciais dos movimentos, no sentido de direcionar a atuação coletiva para um alvo determinado. Em fases posteriores, essa mesma atuação pode contribuir para a manutenção de um estado de mobilização permanente que se presta à execução de tarefas necessárias à sustentação do movimento. Em outras situações, a própria atuação de um elemento externo pode redundar em desmobilização ou mesmo instauração do conflito no âmbito da população em questão.

No mesmo sentido, Jacobi (1984) afirma que

A partir de 1982, a perspectiva apartidária dos movimentos sociais começa a se dissipar, crescendo o número de lideranças populares que vêm nos partidos políticos (com todas as suas deficiências) um espaço para ampliar a sua participação, assim como para obter uma resposta maior de parte do Estado. Assim, apesar do fato da maioria dos participantes dos movimentos não darem maior importância aos partidos políticos, diversos movimentos influenciam, mesmo que numa escala reduzida, as práticas dos partidos, principalmente do PT. Com uma concepção de cultura política muito próxima à de diversos movimentos sociais, este partido tem em São Paulo sua base mais forte, contando com a sustentação de militantes vinculados particularmente às CEB's.

Considerações Finais

Concordamos com Silva (1994) quando ela afirma que o grande desafio colocado pelos anos 90 é o de lançar um olhar sob as novas

formas de fazer política de um conjunto de atores sociais significativo para além de análises que enfatizem uma debilidade/refluxo/declínio e muitos movimentos. É verdade que muitos deles perderam sua visibilidade e expressão anterior, porém, são múltiplos os sinais que apontam para articulações de atores sociais diferenciados. Essas articulações mostram para um horizonte de sentido no qual políticas sociais possam ser debatidas e negociadas no âmbito de interesses múltiplos e diversos.

A questão central da discussão sobre movimentos sociais na atualidade é construir entre Estado, economia e sociedade arenas de negociação nos quais conflitos e demandas sociais possam ser colocados. É necessária a construção de novos parâmetros públicos que reinventem a política no reconhecimento dos direitos como medida de negociação e deliberação de políticas que afetam a vida de todos. (Telles, 1994b)

Os movimentos têm deslocado práticas tradicionais de mandonismo, clientelismo e assistencialismo através de espaços de participação e negociação, nos quais demandas e reivindicações estabelecem a pauta de prioridades e relevâncias na distribuição dos recursos públicos, bem como a ordem das responsabilidades dos atores envolvidos.

Essas negociações podem ser vistas em alguns municípios nas práticas de orçamento participativo e por vários fóruns de negociações, compostos por técnicos de governos, associações de moradores, entidades civis, representantes do poder Legislativo, sindicatos e entidades empresariais que pensam alternativas para regulamentação fundiária, urbanização de favelas, construção de moradias populares, gestão e usos de fundos públicos municipais e programas sociais.

Essas práticas deixam ver um alto teor de democratização de alguns municípios, que não deveriam ser exceções e sim regra, já que desejamos um sistema político democrático e isento de clientelismo, mandonismo e fisiologismo.

É difícil fazer generalizações, pois os movimentos sociais, os movimentos populares e as associações de moradores de bairro são bastante diferentes em sua composição e forma de atuação. Porém, o

inegável é que a consciência do direito a ter direitos foi um grande passo rumo a uma sociedade mais democrática, porque exigiu que o Estado, ao menos, ouvisse as reivindicações da sociedade civil.

Ao nosso ver, a interlocução entre o Estado e a sociedade civil é essencial para que se construa a democracia e a cidadania através do diálogo. A participação dos movimentos sociais nas arenas de decisão política constrói uma noção de democracia plural e descentralizada, capaz de traduzir a diversidade e complexidade da sociedade, rompendo assim o ranço autoritário solidamente enraizado na história política do país.

Os movimentos sociais, ao trabalharem em instâncias cada vez mais institucionais, estão caminhando para esse fim.

Referências Bibliográficas

BOSCHI, R. R. & VALLADARES, L. P. Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos. In: BOSCHI, R. R. - *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1983.

CALDERÓN, F. & JELIN, E. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 5, out. 1987.

CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo (Org.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2. Ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

CARDOSO, R. C. L. Os movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 2, n. 3, 1986.

CARDOSO, R. C. L. Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia. In: REIS, F.W. ; O'DONNELL, G. (Org.) *A democracia no Brasil - dilemas e perspectivas*. São Paulo: Ed. Vértice, 1988.

CARDOSO, Ruth C. L. A trajetória dos movimentos sociais, in: *Cadernos de Campo*, n.6, 1999

- DAGNINO, Evelina (Org.) Anos 90, política e sociedade no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- CARVALHO, M. C. A. A . Participação social no Brasil de hoje In: *Pólis Papers*, São Paulo, nov. 1998.
- DURHAM, E. R. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 10, p. 24-30, out. 1984.
- JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 23, p.p. 18-34, 1º sem. 1987.
- JACOBI, P. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, R. R. *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. , 1983.
- MARTES, A. C. B. A institucionalização dos movimentos de reivindicação urbana: as secretarias de saúde e a participação popular (1979-1989). São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) - USP-FFLCH.
- NUNES, E. & JACOBI, P. Movimentos populares urbanos, participação e democracia. *IV Encontro da ANPOCS*, Rio de janeiro, 29 a 31 out. 1980.
- SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1988.
- SILVA, A. A. Dimensões da interlocução pública: cidade, movimentos sociais e direitos. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Ed. Hucitec/Anpocs/IPEA, 1994.
- SILVA, A. A. Conflitos sociais e a construção de espaços públicos no Brasil. São Paulo, 1998. mimeogr.
- TELLES, V. Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia. *Ciências*

Sociais Hoje. São Paulo: Ed. Hucitec/ANPOCS/IPEA, 1994b.

TELLES, V. Sociedade civil e os caminhos (incertos) da cidadania, in:
São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 8(2) 1994a.

O OLHAR DA INCLUSÃO: POSSIBILIDADES DE PESQUISA COM UMA CATADORA DE LIXO

Claudia Megale Adametes*

RESUMO: Este artigo apresenta, em recorte de dissertação de mestrado, os impasses teórico-metodológicos e subjetivos do trabalho de campo realizado com uma catadora de lixo, que pontuam uma crítica a modelos assistenciais de ajuda. A fala dessa catadora nos revela - num movimento de inclusão social possibilitado no universo da relação de pesquisa - os contornos de uma representação social positiva.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão Social; Assistencialismo; Representações Sociais.

Introdução

Fundamentada no caráter excludente de uma pesada herança oligárquica, a pobreza brasileira, manifestação evidente da desigualdade, revela - no cenário contemporâneo - novas e diversas formas de exclusão social. Este conceito associa-se, em primeira instância, à organização de uma ordem sócio-econômica delineada por acelerados processos de automação/otimização industriais e precarização do trabalho que incorrem na redução da oferta e na flexibilização dos postos de empregos desqualificando, para a produção, um contingente cada vez maior de pessoas que passam a ser consideradas economicamente desnecessárias. Do âmbito do consumo, o acesso aos bens essenciais dificulta-se para uma crescente parcela da população que experimenta uma trajetória negativa, na qual o exercício da cidadania, constituído na reivindicação dos direitos sociais, praticamente inexistente.

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia à Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Câmpus de Araraquara - 14800-901, SP - sob a orientação da Profa Dra Lucila Scavone.

No campo simbólico, a exclusão produz experiências, tipos de comportamentos que orientam modos de vida - compreendidos como hábitos e práticas que permeiam os campos sociais - na integração do homem em seu espaço social: um indivíduo se constrói a partir de vários aspectos de sua condição (cultural, psicológica, ideológica, histórica, etc.) e não somente por categorias econômicas. Na interseção dos universos material e subjetivo, entre as condições materiais de vida e o agir dos grupos, nossa percepção da exclusão orienta-se na perspectiva da vida privada, carregada de significados e nuances não inscritas, de antemão, na esteira das determinações estruturais (Kowarick, 1991). Tal viés - que demarca fortemente as linhas gerais desta pesquisa - extrapola paradigmas de explicação estáticos, perpassando os vários processos de elaboração das identidades individuais e coletivas no questionamento a um modelo de cidadania ancorado no eixo temático trabalho formal-acesso a direitos sociais.

Na perspectiva da articulação destas idéias, este artigo apresenta os meandros do trabalho de campo com uma catadora de lixo que vivenciou constantes processos de exclusão morando e trabalhando no lixão do município de Araraquara por cerca de vinte anos. Mediante os impactos da reorganização da limpeza pública da cidade em “moldes ecológicos”, realizada pela prefeitura entre 1994 e 1995, essa catadora, juntamente com mais oitenta trabalhadores do lixo foram removidos, contra sua vontade, do depósito que foi fechado para abrigar uma usina de seleção de lixo para reciclagem.

Parte desses trabalhadores foi abrigada provisoriamente (um ano) em uma creche desativada e posteriormente transferida para casas comunitárias cedidas (para uso, sem documentação de posse) pela prefeitura. A concessão dessas casas bem como todo processo de remoção foram realizados mediante normas/condições impostass pelo poder público com base, por sua vez, em noções padronizadas (nem sempre possíveis de serem acatadas) de higiene e comportamento. Removidos de seu local de trabalho e moradia, lançados aos braços assistenciais, destituídos de suas possibilidades de sobrevivência a não ser via caridade, os catadores viram-se diante de uma nova situação de exclusão social.

O conteúdo das próximas páginas revela as possibilidades de representações sociais positivas, formuladas do ponto de vista do excluído (muitas vezes considerado incapaz, sujo, desorientado em todos os sentidos) em detrimento de uma política marcadamente assistencialista e, por isso, reafirmativa da exclusão, direcionada aos catadores no momento da remoção. Apoiados no resgate da memória dos entrevistados, os relatos orais obtidos por entrevistas realizadas em profundidade com d. Lurdes¹ (incertos sessenta anos) revelaram, no universo cotidiano das relações sociais, o não explícito, o “indizível” (Queiroz, 1988), representações e significados do real muitas vezes elaborados no plano subjetivo, fundamentais para pensar a questão. Por memória entendemos, nesta pesquisa, elemento de coesão interna, “constituente do sentimento de identidade tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1992, p.204).

O caráter social que cada memória individual carrega define-se pela compreensão comum dos símbolos e pela comunhão de noções compartilhadas com os membros do grupo social. Desta forma, a reconstituição da trajetória de vida de uma única catadora de lixo que viveu as situações acima referidas nos leva a um universo regido por normas e valores que revelam, em particular, experiências positivas que se desencadeiam com base em sentimentos e lembranças recorrentes nas narrações que se aprofundam e elaboram gradativamente: “Só a flexibilidade, que é sinônimo de método, ... baseada num ‘trabalho’, num ‘olho sociológico’, permite perceber e controlar no campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza” (Bourdieu, 1997, p.649).

Erros e dificuldades foram vencidos na busca desse olho sociológico, nas situações de entrevista com d. Lurdes, que se desenrolaram ao longo de várias tardes, coladas à dinâmica do cotidiano. A roupa para lavar, a comida no fogo, a novela na TV, as pessoas transitando, enfim, as situações espontâneas funcionaram como fios

¹. Nome real citado mediante autorização da entrevistada.

condutores de cada conversa, estimulando temas que iam sendo trabalhados de acordo com as diretrizes da pesquisa. Caminhamos passo a passo, pesquisado e pesquisador, no sentido da delicada construção de reconhecimento, respeito e interação fundamentais em uma relação carregada de evidentes diferenças sociais, culturais, étnicas.

Um olhar positivo: possibilidades da relação de pesquisa

A prática da investigação social dinamiza-se em referência à linha, ao caminho de comunicação traçados - na construção da postura metodológica - pela relação entre o cientista e o 'objeto' de seu conhecimento. Essa relação, que empresta o tom e a intensidade àquela linha é cuidadosa e constantemente delineada em meio ao jogo, muitas vezes tenso - foco central das discussões sobre conduta de pesquisa nas ciências humanas - entre objetividade e subjetividade científicas. Nesse jogo passa-se, de um ponto a outro, pela separação fria, radical, entre sujeito da investigação e 'investigado', preconizada pelo positivismo em busca da mais possível neutralidade axiológica ou pela postura engajada e comprometida do tipo "pesquisa-ação" (Thiollent, 1988).

Em crítica a posturas técnicas e inflexíveis imunes aos interesses e paixões - justificadas por condutas metodológicas autoritárias que, no universo da pesquisa, em nome do objetivismo, destituem de diversas maneiras o sujeito investigado de sua capacidade reflexiva e interpretativa de si e dos processos dinâmicos que regem sua existência, julgando-o passivo diante da investigação - as ciências humanas há algum tempo vêm ressaltando, com sensibilidade, a importância dos mecanismos e nuances dos envoltivos (político/subjetivo) preconizados no compasso da construção do conhecimento.

O ato do rompimento com a distância funcional entre sujeito e objeto põe em foco as tramas da pesquisa de campo, traz à tona a subjetividade do pesquisador - abandonada a idéia de sua onipotência em relação ao saber - revelando o quanto há de novo e inusitado nas relações interpessoais que fundamentam boa parcela das pesquisas no âmbito das humanidades. No entretrecho da observação etnográfica, nos meandros de cada entrevista, encontramos-nos diante de decisivas questões: como trabalhar metodologicamente o envolvimento? Qual

posição adotar entre os campos do conhecimento científico, do método, dos preceitos teóricos e da experiência de vida trazida na composição da investigação? As respostas elaboram-se como crítica ao observar seguro, distante, afirmando-se na direção do “observar (olhar) sociológico” (Bourdieu, 1997) que traz consigo as possibilidades de interrogação metódica e constante da realidade, da compreensão e sensibilização dos vários atos de uma pesquisa.

Não se trata, no entanto, de valorizar a observação comprometida, afetiva, em detrimento do referencial teórico, mas de equilibrar reflexão teórico-metodológica e sentimento, de trabalhar a inserção do significado e intenção do discurso dos atores envolvidos na investigação em seus contextos sociais. Trata-se de prestar atenção às condições em que investigador e investigado se encontraram e o lugar social que ocupam ou passam a ocupar nos trâmites da pesquisa. Focalizando os vários aspectos que compõe os processos de entrevista, podemos citar, em discussão a respeito da hermenêutica nas Ciências Sociais, a compreensão de um leve oscilar da cabeça ou um pequeno gesto com as mãos. Neste sentido, diversos autores nos remetem à questão explorando as distâncias culturais expressas nas palavras, maneiras, dicção, etc. convidando à reflexão sobre o que nos pode ser revelado nesse processo.

Estas questões estiveram vivas durante todo o percurso desta pesquisa impondo a necessidade de refletir seriamente sobre o trabalho que estava sendo realizado: procuramos refletir constantemente sobre a postura frente aos embates metodológicos, entender como a pesquisa de campo foi se transformando até a desconstrução do que havia preconizado nos primeiros projetos. O que há de mais revelador neste processo é a idéia de que nossa postura inicial – definida em relação a experiências anteriores de pesquisa muito diversas – modificou-se impulsionada pela intensa relação estabelecida com uma catadora de lixo.

Nas primeiras abordagens em campo, as identidades desses sujeitos ‘excluídos’ informavam-se em geral (e esta era a questão que nos incomodava) pela sua posição estrutural: excluídos de qualquer possibilidade de trabalho formal, estas pessoas encontram-se vivendo do que a sociedade expulsa como inútil e sujo, adjetivos muitas vezes

emprestados para caracterizar os próprios catadores. No decorrer da pesquisa, a visão afirmativa da exclusão, incapaz de entender o trabalho no lixo, dilui-se em face dos contornos mais subjetivos, próprios da abordagem etnográfica que possibilitou uma interpretação muito mais próxima da realidade daquelas pessoas, de suas estratégias e mecanismos de sobrevivência econômica e social.

Em campo²

Tratava-se do momento em que a remoção dos (as) catadores (as) de lixo havia alcançado sua última etapa como política pública de assistência: oito famílias das quais seis ligadas entre si por estreitos laços de parentesco e solidariedade ocupavam (num bairro predominantemente residencial de periferia - Parque Residencial São Paulo -, afastado cerca de 50 min. do centro da cidade) quatro casas térreas subdivididas, cada uma, em duas pequenas seções compostas de sala-cozinha (1 cômodo), banheiro e quarto, sem acabamento algum - sem piso, vidros das janelas, pias, louça de banheiro, massa corrida, pintura, luz. Essas moradias foram cedidas pela prefeitura mediante um acordo: dali em diante, como num encantamento, ninguém mais poderia estar embriagado, desempregado ou sujo, nenhuma criança fora da escola e mal vestida. Eram (e continuam sendo) exigências, que partem de uma clara concepção estética e higienizadora de reconhecimento social, mantidas pela Secretaria de Promoção Social para que as moradias públicas fossem (sejam) concedidas.

Até aquele momento, 19 de setembro de 1995 (data do meu primeiro contato com d. Lurdes), a magia não havia surtido seus efeitos sobre aquelas pessoas que, não podemos esquecer, representam apenas uma parcela dos (as) trabalhadores (as) que atuavam no lixão. Cerca de cinquenta pessoas, todas retiradas e posteriormente afastadas do antigo depósito encontravam-se/encontram-se nessas casas na mais absoluta precariedade, freqüentemente alcoolizadas, às portas alheias pedindo esmolas, trabalhando em fazendas de laranja ou cana, fazendo bicos de

² Neste trecho do artigo optamos pela construção em primeira pessoa por tratar-se da narração de uma experiência particular de pesquisa de campo que revela a impossibilidade da total distância/neutralidade entre sujeito e 'objeto' da investigação.

jardinagem e ‘carreto’, voltando ao depósito de lixo às escondidas com frequência, empregadas como servente de obras e faxineiras, compondo todos os problemas possíveis e imagináveis causados por repetidos processos de exclusão.

O primeiro contato com o universo das casas demarcou de forma decisiva minha postura de pesquisa, já orientada por visitas feitas anteriormente ao lixão: como realizar entrevistas previamente elaboradas dentro de um parâmetro metodológico definido, com um gravador e um roteiro de assuntos em punho? O que perguntar diante de tal cenário? Confesso que perdi a vontade de perguntar, senti-me intrusa, imobilizada, senti-me em uma posição desrespeitosa ali sentada na sala-cozinha diante de d. Lurdes - uma senhora negra, ativa, uma das primeiras catadoras a chegar ao lixão, há vinte anos atrás. Entendi com dificuldade, naquele momento, suas poucas palavras pronunciadas de forma muito rápida, em péssima dicção, num tom baixíssimo; apesar disso notei a receptividade no pão caseiro e café preto sem açúcar que me foram oferecidos. Naquela tarde - por volta das três horas de um domingo - diante daquela senhora cujos olhos fugiam dos meus, só conseguia pensar que felizmente não estava sozinha: Lena havia me conduzido à casa de d. Lurdes, dispondo-se a agir como interlocutora, buscando habilmente pontos comuns de diálogo, apresentando-me para que eu pudesse estar mais à vontade e minimamente ‘legitimada’.

Lena foi-me apresentada pela ex-vereadora Vera e tem representado, de certa maneira, os interesses ou os sentimentos dos (as) catadores (as); de certa maneira porque, como Vera nos relata, não havia a concepção de um grupo organizado, havia indivíduos que podiam contar com Lena no sentido de resistência. Ex-catadora filiada “há muito” ao PT, afastada do lixão antes do início do processo de remoção, Lena é uma interlocutora, na Câmara, do lugar de exclusão; aposta na organização como saída e com esse espírito prontificou-se a me levar ao Parque Residencial São Paulo, acreditando no meu interesse. Lena tem reunido esforços para envolver pessoas interessadas na questão, dispostas à compreensão da trajetória da situação social dos (as) catadores (as).

De ônibus, paramos em um ponto alto do pequeno bairro, de

onde pude observar quatro pequenas casas idênticas construídas lado a lado, sem cercas ou muros que as separassem umas das outras, numa rua um pouco isolada das demais. Logo que chegamos à frente da casa de d. Lurdes, Lena foi cumprimentada por duas mulheres que se sentavam à calçada de terra com suas crianças: perguntavam a meu respeito, mas não me dirigiam a palavra. Aos poucos outras pessoas foram aparecendo, curiosas, num movimento nítido de estranhamento em relação à minha presença: Lena também não sabia muito bem o que responder, pois havíamos nos conhecido naquela semana. Quando entramos na casa de d. Lurdes (Lena escolheu essa casa por seu grau de amizade com a família) minha primeira impressão foi agradável, apesar do meu estranhamento diante de toda atmosfera que envolvia aquela visita: a sala estava muito bem arrumada e vários enfeites preenchiam as paredes de cimento rústico sem pintura. Aquelas paisagens de folhas de revistas, flores de plástico, os quadrinhos antigos - todos objetos retirados do lixo - dizem bastante sobre a senhora que acabei conhecendo muito bem ao longo de várias conversas e que naquele dia mesmo me abriu, também por curiosidade, as portas de sua casa:

“Cê pode vir aí, a gente conversa, que às vez aparece gente assim que nem você, mocinha da igreja, gente que quer ajudar.”

A idéia de ajuda, relacionada a princípio ao auxílio material - só fui compreender mais tarde - contemplava mais amplamente um sentido de “reciprocidade” (Sarti, 1996) que ultrapassava a primeira impressão: o trabalho com populações pobres nos remete frequentemente a situações em que nos sentimos compelidos a ajudar - a expectativa de dinheiro, comida, roupa usada, etc. formada no início por d. Lurdes, pontuou essa relação de pesquisa mas não foi seu fundamento. À questão do retorno sob forma de ajuda estava associada uma postura de d. Lurdes: a de negociar comigo uma relação pessoal, numa espécie de classificação que supunha o reconhecimento de um valor atribuído a mim e, nesse movimento, colocando-se afirmativamente, em vários momentos, em relação ao meu ‘conhecimento intelectual’.

Essa postura possibilita a afirmação social quando centraliza as

experiências de vida obtidas, por um lado, com as dificuldades enfrentadas no âmbito da exclusão e, por outro, com a consagração da maternidade. Diante de experiências dessa natureza, minha formação acadêmica, como não é compartilhada, é lançada a segundo plano, em que se constata, por exemplo, a relatividade dessa afirmação:

“Já vi muita gente com diploma que não deu em nada também.”

E ainda:

“Mas você estuda nós aqui, eu converso, você é amiga minha, gosto de falar as coisas assim, é bom, mas o que você pode fazer? O que você sabe fazer? No que você trabalha, que estudar é outra coisa...”
(D. Lurdes, ago.1996)

Quando eu disse que já havia lecionado, que era professora, abriu-se um novo campo de mediação, estava sendo definida/reconhecida em relação ao meu ofício - entendido como atividade material e, portanto, concreta, em seu universo referencial. No seu entender, eu poderia, afinal, colaborar efetivamente³: a idéia partiu de d. Lurdes, que me pediu que ensinasse um neto de dezesseis anos a ler e escrever. Propus aulas de alfabetização ali mesmo, no bairro Parque Residencial São Paulo, somente para catadores adultos. Comecei a trabalhar em abril de 1997, durante duas horas por semana (dois dias), a partir das 19:00 h com um grupo de quatro pessoas: Nice, 20 anos; Márcia, 36; Roberto, 23 e Dimas, 16.

Nas aulas, seguíamos a orientação pedagógica do Método Paulo Freire e produzíamos nosso próprio material - temas familiares ao universo dos alunos, através dos quais pude estruturar e entender o universo de quem vive cotidianamente catando lixo. Esse grupo diluiu-se rapidamente nos primeiros dois meses em decorrência da fase difícil por que estavam

³. Desde o início optei por não pautar nossa relação pela ajuda material, apesar de ter colaborado com roupas usadas e algum mantimento que d. Lurdes transformava na hora em algo para me oferecer, como um bolo ou pão. Tomei essa decisão logo no primeiro contato, pois várias pessoas que estavam ali por perto me pediram de dinheiro para remédio e comida, quando sai à calçada para ir embora.

passando os catadores desde a remoção do lixão - sem emprego, proibidos de entrar no depósito de lixo. Houve, porém, várias aulas e ao final do ano chegaram, semi-alfabetizados, (começamos do ponto zero, com exercícios de coordenação motora, etc.) Márcia e Dimas. As aulas aconteceram, a princípio, na casa de d. Lurdes – dentre todas as casas dos alunos, a única com mesa e cadeiras - que me observava atenta enquanto conduzia suas tarefas domésticas ou ouvia, baixo, o rádio (sempre ligado) e assistia à televisão (a energia elétrica, d. Lurdes a havia ‘puxado’ de um vizinho através de um fio clandestino).

Em maio daquele ano conheci d. Lucide, antiga moradora do bairro (a respeito da qual falaremos adiante) e expliquei-lhe meu trabalho, citando as aulas de alfabetização. Ela então me sugeriu que aceitasse outros alunos, conhecidos do bairro que poderiam ter interesse⁴. Eu aceitei recebê-los depois de consultar o grupo inicial, mas solicitei um outro local para os estudos. Um mês depois d. Lucide havia organizado um pequeno espaço - com lousa e carteiras - no salão da igreja. Meus “alunos catadores” não simpatizaram com a idéia de ir ao salão para as aulas, pois não costumam participar da vida do bairro, nem mesmo caminhar por ele. Como o grupo já estava muito instável e haviam surgido nove alunos do bairro muito interessados, optei por continuar o trabalho com Dimas e Márcia, na casa de d. Lurdes enquanto fazia minhas observações, e trabalhar sem objetivar a pesquisa, com o outro grupo. As despesas - basicamente a locomoção - eram minhas, mas o grupo de moradores do bairro que estava freqüentando as aulas fez questão de reunir dinheiro para a compra de cartelas de passes de ônibus e a eles agradeço sinceramente por terem colaborado com o trabalho de campo.

Ministrar aulas possibilitou-me uma proximidade com o bairro Parque Residencial São Paulo - estava ali toda semana - e efetivou minha relação com d. Lurdes e com os catadores, afinal eu era para eles a professora de alfabetização e minha imagem ancorava-se em algum ponto de seu universo. Mais do que isto, as aulas revelaram-se um exercício de paciência em relação à escuta, funcionaram na minha lenta e cuidadosa

⁴. É pertinente ressaltar que d. Lucide se empenhou muito, indo de casa em casa em minha companhia para anunciar as aulas de alfabetização. Esse fato revela muito da atuação dessa senhora que se dedica há muitos anos à assistência comunitária.

entrada em um mundo de referenciais distintos, de pessoas muito “duras” e de poucas palavras, no primeiro contato⁵. Essa experiência fez com que minha compreensão e senso de realidade – a realidade ‘nua e crua’, da qual muitas vezes nos afastamos no mundo acadêmico – fossem aguçadas pela vivência compartilhada. O espaço da pesquisa de campo transformou-se em espaço efetivo de trocas, onde muitas vezes recebi conhecimento ao invés de fornecê-lo. Nesse sentido podemos ver o quanto há de pessoal e subjetivo no decorrer do processo científico, o quanto é necessário interagir, afastando a idéia de objetividade técnica, para que possamos compreender e aprender.

De fato, havia dias em que eu saía de lá acreditando saber muito pouco da vida e era assim que nossa relação de pesquisa se invertia, a cada conversa, a cada aprendizado: d. Lurdes passou, num certo momento, a ensinar-me o que sabia fazer: pão, atrelar o cavalo à carroça, lidar com o fogão à lenha, sempre cuidando para que eu não me machucasse ou me sujasse, pois “não estava acostumada”. Tudo o que fazia, narrava sob forma de instruções ou conselhos, sempre referindo-se ao fato de que eu era muito nova, solteira, não tinha filhos e, por isso, não podia saber de muitas coisas. A cada conversa que tínhamos, a estrutura de suas frases - no início bastante desconexas e breves - sua voz e dicção ampliavam-se, num progressivo aperfeiçoamento.

Estava claro que sua experiência de catadora delineava, neste quadro, uma forma positiva: o “estar calejada pela vida” tinha um tom de sabedoria cotidiana, do “saber se virar”, do ser forte e “agüentar muita coisa”. A idéia da força psicológica, em especial, era um valor que se entrelaçava à questão da força física: muitas vezes ouvi que rico não se alimentava bem, que o feijão é que dava a “substância” para lidar com o trabalho mais pesado⁶, e que eu sou muito “magrinha e branquinha” (e

⁵. Optei por não propor entrevistas a Dimas e Márcia, muito por perceber que em nossa relação de professora e alunos, bastante específica, não havia espaço para tal possibilidade.

⁶. Zaluar (1982) aponta o fato de que a comida funciona como “um dos principais veículos através do qual os pobres urbanos pensam a sua condição.” Além do significado de uma clara distinção entre “comida de pobre” (arroz, feijão, carne) e “comida de rico” (verduras, legumes, frutas, etc.), seu trabalho traz considerações acerca das diferenciações entre os próprios pobres - “se o pobre é aquele que trabalha para comer, mas tem saúde, tem força para trabalhar, então pobre mesmo é quem não tem saúde, não tem comida dentro de casa, tem que pedir esmola”.

portanto frágil, em vários sentidos) - adjetivos entendidos como desvantagem em relação à sua estrutura física, bastante sólida, ao seu mundo onde tudo é difícil, penoso e requer muito esforço.

No início essas situações causavam-me uma enorme preocupação: quase nunca conseguia fazer perguntas, pois as conversas eram sempre conduzidas por d. Lurdes o que, com o tempo aprendi a respeitar e depois compreender para compor a pesquisa de campo, num processo bastante demorado. Durante os três primeiros meses, em minhas visitas semanais, quase não conversávamos - eu a observava em seus afazeres com a casa e eventualmente tecia algum comentário. Ela por sua vez tratava-me como visita, sempre oferecendo algo para comer, quando tinha, como pão, cana-de-açúcar, laranja.

O ato de oferecer comida era realizado com orgulho, uma forma de receber com cortesia e educação; por isso muitas vezes eu levava os ingredientes para que d. Lurdes fizesse um pão ou bolo, para que pudéssemos tomar o café da tarde, dessa forma ela poderia continuar a me receber com a dignidade requerida por um dos principais valores de seu código de conduta diante da pobreza extrema: não pedir esmolas. D. Lurdes não gostava da idéia de que suas filhas “saíam pelo bairro pedindo”:

“As menina, elas pedem, fala - vamo mãe, vamo lá? Eu não vou, que eu não tenho coragem, no tempo da gente a educação não era essa.” (Março, 1998)

Nesse ritmo, os seis primeiros meses de pesquisa, desde a data em que fui apresentada a d. Lurdes, passaram-se sem que eu tivesse conseguido saber sequer os nomes, idades, estado civil, filiação, datas de nascimento: os dados que costumamos considerar preliminares na ficha dos entrevistados (nesse caso, que ficha?) sempre foram muito difíceis de obter. Podia-se conversar horas sobre os mais variados - e às vezes íntimos - assuntos, mas especificamente a respeito da intimidade, as respostas eram sempre vagas:

“Tenho um tanto de neto, uns já grande que nem aquele ali que cê tá vendo sentado na calçada, outros pequeno, tenho mais neto pequeno.” (D. Lurdes, abr. 1997)

“Tenho aqueles filho aí que cê tá vendo, ó, os pequenininho ali, o menor vai ser corinthiano que já vou ver uma camisa por aí, o outro é meio quieto, não sei se vai jogar bola, não...” (Sandro, abr. 1998)

“Tô grávida do terceiro, mas por quê você quer saber a idade dos outro?” (Rosana, mar. 1997)

Aos poucos ficava claro que perguntas diretas, feitas sob forma de questionário, não funcionavam e eram consideradas agressivas, pois se aproximavam de procedimentos formais realizados em geral por assistentes sociais, missionários religiosos, políticos, etc. Esse fato se esclarece na esteira do resgate - delineado nas próximas páginas - dos embates políticos, travados na ocasião da remoção dos (as) catadores (as), e transforma-se em informação:

“Sabe que essa coisa de entrevista, de responder questão, não gosto, não quero. Os questionário que quer saber da nossa vida, igual fizeram um tanto de vez no lixão, que não sei pra quê, nunca respondi. Não saio perguntando dos outro. A gente aqui conversa, eu gosto de sentar aqui com você e falar, mas ficar contando número disso e daquilo, pra quê? Depois eu te falo, se fazer questão, eu te falo, viu, menina? (D. Lurdes, mar. 1998)

Desisti de perguntar e, numa inversão de papéis, saí do meu lugar de entrevistadora e posicionei-me como simples ouvinte compreendendo que o fato, muito mais importante que os dados em si - no início consideravao procedimento falho, como se tudo fosse ficar incompleto por faltarem informações tão básicas (até os nomes foram difíceis de organizar) - afirmava posturas, revelando sentimentos importantes a respeito dos processos políticos e de ajuda, presentes em momentos marcantes da trajetória daquelas pessoas, como a retirada do lixão e estadia transitória em uma creche desativada, seguida da remoção para o bairro periférico onde realizei a pesquisa com d. Lurdes.

Uma possível explicação desse fato diz respeito às assistentes sociais ligadas à prefeitura que, através de suas perguntas, exercitam por vezes a autoridade através de seus parâmetros classificatórios “ideais”

de comportamento. As “mães catadoras” não gostam de atendê-las quando vão inspecionar as crianças para verificar peso, saúde/higiene e ingresso em creches ou escolas porque têm a consciência de que estão vivendo em uma ‘situação irregular’, porque, por exemplo, não matricularam seus filhos na escola: (o bairro Parque Residencial conta com uma creche municipal e uma escola estadual de primeiro e segundo graus), porque andam mal vestidas e, muitas vezes, alcoolizadas.

Recentemente houve um ressurgimento dos debates sobre catadores de lixo e os catadores (as) que residem no Parque Residencial São Paulo passaram por mais uma fiscalização que inclui avaliações de higiene, saúde e conservação dos imóveis. Os resultados negativos de tal investigação colocam aquelas famílias sob ameaça de um novo despejo: a Secretaria de Promoção Social alega - como podemos observar no artigo de jornal editado em nov. 98, anexado às páginas finais deste trabalho - falta de higiene e degradação das casas, desemprego e alcoolismo.

Evidencia-se, nesse caso, a ineficácia desse tipo de assistência, que propõe apoio sem respeito às individualidades, às particularidades inscritas na história de vida de cada um, cuja única contrapartida é levar as crianças para abrigos, instituições de menores, longe da família - muitas delas mal cuidadas, sim, mas tal compreensão significaria um primeiro passo na busca de saídas mais efetivas, que possam lidar com essa gama enorme de problemas que envolvem a questão da exclusão social.

Quadro 1: Depoimento de Ondina (filha de d. Lurdes)

“A assistente vem, fica perguntando, reparando em tudo, entra na casa da gente - tá certo que a gente deixa - entra e vai marcando num caderno assim, depois sai e diz que as criança precisa de escola, que senão vai levar as criança embora...”

- Alguma criança sua já foi levada embora?

“Não, que eu não deixo, aqui ninguém ia deixar, elas fala isso pra assustar a gente”

- Vai ver, elas querem ver as crianças bem, na escola. Se estiverem na escola, tudo bem?

“Tá certo, tá certo, mas filho é melhor ficar com a mãe, viu? Você tem filho? Olha, lá pra onde eles levam, não sei onde é, se era bom, as criança não fugia, que eles foge, viu? Eles foge se já tá meio grandinho, volta pra mãe.”

-Não tenho, não...

“Eu sei! Eu digo que é diferente quando é mãe, pode saber que falta as coisa pro filho, mas quer a criança perto. Eu sinto assim, é o meu sentimento.”

(05 mai., 1998)

Os últimos parágrafos deste depoimento colocam a experiência da maternidade como mediação para o reconhecimento: as primeiras perguntas que d. Lurdes e suas filhas me dirigiram foram a respeito do meu estado civil de ter ou não filhos. Afinal, haveria alguma identidade, já que estava conversando com mães - em vários momentos da pesquisa essa questão apresentou-se sob diferentes formas, como uma experiência que eu não possuía, apesar de estar na faculdade.

Optei, afinal, por uma observação empírica dos filhos e netos de d. Lurdes: entre uma entrevista e outra - sempre realizadas em sua casa - passei a observar o fluxo de pessoas e a prestar atenção a informações isoladas em frases e conversas, em atitudes, olhares... Os dados apresentados neste trabalho partem dessa observação e são construídos com base em conversas cotidianas sobre a comida, o tempo, a vida... Aqui e ali, entre uma fala e outra, o trabalho de reconhecimento das informações foi de garimpagem - muitas vezes ainda tenho a impressão de não ter encontrado tudo o que podia. Tudo me foi oferecido pelas pessoas que pretendia conhecer e em nenhum momento fiz uso do meu “poder de entrevistadora”, a exemplo da utilização do gravador: não deveria usá-lo e certamente nada me seria revelado se insistisse na idéia. Não era receio da gravação, era o tom formal que esse instrumento de pesquisa representava aos olhos de d. Lurdes, era como se eu só estivesse ali para gravar seu depoimentos, não para ouvi-la; exercitei sobretudo a prática da escuta a partir das diretrizes traçadas na relação da pesquisa.

E é aqui que essa pesquisa se desdobra e emerge como crítica em

potencial às práticas que impõe saberes, deveres, e o “dever ser” como fatores forjados o tempo todo exteriormente como políticas beneficentes, saídas miraculosas estabelecidas em prol dos excluídos. D. Lurdes não se deixou nunca entrevistar, esteve o tempo todo opinando, colocando-se, descrevendo-se, desenhando seu mundo de forma positiva para que eu pudesse, por fim, entendê-la como sujeito, em seus valores e posições diante da vida que se transformavam em conselhos vindos de uma pessoa mais velha para uma ‘menina’.

As primeiras perguntas e avaliações - minha idade, estado civil, bairro de residência, forma de residir, número de cômodos de casa, posses materiais, número de irmãos, situação civil de minha mãe, etc. - foram feitas por d. Lurdes, a fim de traçar um perfil daquela que, afinal, estava ali pesquisando seu mundo. À medida que d. Lurdes analisava meus comportamentos, avaliava minha situação econômica, minha experiência de vida (incluindo-se aí todo o conhecimento que “só a vida ensina”) e minha postura diante de determinados assuntos, geralmente “femininos” (família, sexo, namoro, doença, filhos, etc.), eu estava sendo simbolicamente classificada. Nessa via de mão dupla estabelecida a cada entrevista, ela se expôs, se incluiu, afirmando um lugar social que lhe foi (e é) constantemente negado.

Esse trabalho de desconstrução de uma postura de pesquisa inflexível (eu poderia ter desistido diante das primeiras dificuldades de comunicação) possibilitou a tomada de um lugar de inclusão por parte do sujeito classificado como excluído - a exclusão estabelece-se, assim, como um movimento referencial - a sociedade exclui, mas o sujeito, através das possibilidades encontradas, assume um papel de resistência. As falas de d. Lurdes nos revelam mais do que informações para a elaboração do pano de fundo da questão; a análise da postura adotada em relação à pesquisa, em geral uma relação de imposição, nos revela a outra ponta, o lado da pretensa exclusão. Todo o processo de remoção dos (as) catadores (as) descrito neste trabalho mostra, na voz dos entrevistados, essa relação, os mecanismos de exclusão implícitos em medidas políticas de caráter assistencial, em diálogo com a busca de afirmação do lugar social através do resgate do trabalho no lixão como valor positivo.

Conclusão

Dos principais caminhos de investigação traçados em 1994 emergiram, nos movimentos muitas vezes “espontâneos”, subjacentes à própria pesquisa, diversas trilhas pelas quais me permiti caminhar. Às perguntas centrais a respeito das identidades dos (as) catadores (as) somaram-se inúmeras outras, como pontes estendidas à compreensão das primeiras questões. Como se as respostas fluíssem gota a gota, contidas, possibilitando a realização de uma interpretação gradual. No projeto inicial havia uma discussão teórica a respeito de diversas acepções da ampla expressão exclusão social, entretanto não havia dinâmica, porque os debates permaneciam fechados em si mesmos; não havia a outra ponta para o estabelecimento do diálogo - o ponto de vista da exclusão. Os impasses do trabalho de campo, que muitas vezes entendemos como simples procedimento metodológico, como fase da pesquisa a ser trabalhada posteriormente, à luz de questões teóricas “maiores”, paradigmáticas, conduziram a uma constante reflexão acerca do que planejamos enquanto pesquisadores e do quanto temos de flexibilizar diante de um objeto de estudo que pulsa, vivo, e se revela de maneiras que não poderíamos antever. Penso que a visualização do trabalho apresentado aqui inicia-se no ponto em que me lancei ao trabalho de campo. Não trato disso, entretanto, com a atitude do feito heróico, mas em tom de humilde descoberta - as entrevistas e a relação com os diversos agentes que colaboraram para a realização deste trabalho fizeram com que as idéias, antes estáticas, circulassem em intensos fluxos de novas propostas que procurei respeitar em detrimento das posturas pretendidas inicialmente.

As conclusões mais gerais - retiradas da vivência proporcionada por essa pesquisa - insinuam-se como crítica a uma limitada concepção dos excluídos sociais, abrem-se à percepção dos movimentos de inclusão preconizados por estes sujeitos em diversos momentos de sua trajetória. Suas concepções de trabalho, saúde, cotidiano, dialogam com as políticas públicas que lhes foram impostas nesse contexto específico e afirmam: somos sujeitos sociais, temos nossos princípios, nossa moral, nossa “etiqueta”, nossas expectativas, nossos sonhos; mas também absorvemos estigmas e prenoções fundamentadas por uma compreensão fragmentada,

objetiva e utilitária da pobreza. Entregamo-nos aos diferentes momentos das trocas sociais - tornamo-nos carentes, necessitados, passíveis e passivos esperando, nessa via de reconhecimento, que os alimentos e agasalhos cheguem logo. D. Lurdes afirma, com aparente ambigüidade, seu orgulho em não pedir esmolas e seu profundo lamento por não obter mais a ajuda que sempre vinha na época do lixão. Numa ponta e noutra constrói-se o diálogo social - as formas de mendicância e recorrência a situações de ajuda são construídas com referência à relação estabelecida entre quem ajuda e quem é ajudado:

Vistos socialmente como desocupados ou mutilados sociais, mas orientados por valores recorrentes e predominantes na sociedade, partes constitutivas da cultura e da identidade dos trabalhadores, por questões de *ethos*, devem justificar a suposta vagabundagem ou o afastamento do dever social de trabalhar e se tornar um provedor. Devem teatralizar a suposta opção ... pelo descompromisso ... (Neves, 1995)

Àquilo que d. Lurdes denomina e concebe como destino (quando se refere à vida dura no lixão) estão associados sucessivos processos de exclusão e inclusão - de uma infância até certo ponto estruturada, que se vale de uma 'boa criação' aos descaminhos a que a miséria, corroborada em diversas etapas e graus, pôde levar: são vinte anos à cata de lixo, filhas alcoólatras, que saem pedindo esmolas, filhos doentes, desempregados... Em alguns momentos d. Lurdes culpa o destino, em outros acusa o ex-marido e um casamento que não lhe garantiu segurança e lhe acrescentou perdas e preocupações. À parte de tudo, no entanto, sua trajetória revela-se positiva em muitos pontos, pontos abastecidos nos espaços criados de expectativas, planos e reflexões: d. Lurdes é uma mulher que se "preocupa muito consigo", é vaidosa, orgulha-se de sua saúde e aparência física, se preserva à medida do possível e se coloca, tacitamente, no decorrer dos diálogos aqui reproduzidos. Cuida de si, da casa, dos poucos pertences materiais que possui e planeja - planeja mudar-se ou reformar a casa; planeja impulsionar sua vida com os artifícios que a ajudarão a driblar suas constantes dificuldades. E dessa forma, tem vivido a disputa cotidiana, não apenas por viver, como um "bicho" ou uma pessoa totalmente desorientada. Seu sentido de orientação constrói-se, em parte, de acordo com referências por vezes incomuns, mas é

imperativo que possamos entender e respeitar os compassos internos daqueles – tão iguais a nós mesmos - a quem chamamos excluídos.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. (Coord.) *A miséria do mundo*. 1 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- KOWARICK, L. Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público. *São Paulo em Perspectiva*, v.5(2), abr./jun., p.2-8, 1991.
- NEVES, D. P. A miséria em espetáculo. *Serviço Social e Sociedade*, nº 47, abril, 1995, p. 13-45
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. v. 3(10), p. 200-214, 1992.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do 'indizível ao 'dizível'. In: SIMSON, Olga de Moraes Von. *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice, p. 14-44, 1988.
- SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 1 ed., São Paulo: Autores Associados, 1996.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1988.
- ZALUAR, A. As mulheres e a direção do consumo doméstico: estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas. In: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Por Maria Suely Kofes e outros. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.159-184.

O SEBRAE NA ESTRUTURA SÓCIO-POLÍTICA BRASILEIRA: ORIGENS E ATUAÇÃO EM UM SISTEMA SOCIAL E ESTATAL HÍBRIDO

Eliana Barretto de Menezes LOPES*

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo apresentar os pressupostos estabelecidos para o desenvolvimento da pesquisa de dissertação de mestrado, enfatizando-se o objeto de estudo e referencial teórico-metodológico. O Sebrae, nesse sentido, apresenta-se como *locus* privilegiado, à medida em que a análise de sua atuação como grupo de pressão visa estabelecer as relações entre essa instituição e o Estado brasileiro, particularmente a burocracia estatal e o Legislativo, pressupondo que o atual sistema vigente no Brasil pauta-se pelo hibridismo, compreendendo elementos corporativistas e pluralistas. O período abrangido corresponde aos anos de 1990 a 1998.

PALAVRAS-CHAVE: corporativismo; grupo de pressão; pluralismo; Sebrae; micro e pequenas empresa.

Apresentação

Abrangendo cerca de 4 milhões de empreendimentos formalmente legalizados, as micro e pequenas empresas são comumente citadas, nos discursos dos políticos e burocratas, devido à sua importância na geração de emprego e renda, bem como pela sua posição estratégica no impulso ao desenvolvimento regional, possibilitando a minimização das desigualdades nas diferentes regiões brasileiras.

Contudo, afóra o enfoque estratégico na dimensão econômica, pouco se discute o papel político desse segmento nos centros decisórios

* Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

nacionais.

Embora se verifique a existência de diversas organizações em nível estadual e mesmo municipal, é com o Sebrae que as micro e pequenas empresas adquirem, supostamente, representatividade e expressão nacionais, constituindo-se na mais importante organização desse grupo.

Considerando-se o Sebrae, especificamente, entidade civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, o discurso veiculado conforma-se ao exposto anteriormente, ou seja, a imagem que a organização passa para a opinião pública em geral enfatiza preponderantemente o seu papel na esfera econômica. É necessário considerar, entretanto, que medidas econômicas são, direta ou indiretamente resultado de políticas públicas.

Embora tendo alcançado resultados favoráveis em episódios nos quais sua participação foi explícita - como no caso da aprovação, em 1996, do Simples, lei relativa ao regime tributário voltado às micro e pequenas empresas -, quando atua na elaboração do projeto de Lei proposto pelo Senador José Sarney, em outros momentos não aparece de forma tão clara o papel desempenhado pelo Sebrae¹.

Considerar o Sebrae um grupo de pressão implica direcionar a pesquisa para o modo pelo qual ele visa influenciar os poderes públicos estatais sem, contudo, ter por objetivo a gestão direta do poder estatal, isto é, significa analisá-lo tanto como organização intermediária/representante de interesses quanto passível de influenciar o processo decisório relativo às políticas públicas.

Por outro lado, há de se considerar a peculiaridade de sua formação, já que é por meio de decreto presidencial que o Sebrae é desvinculado da administração pública federal para, juridicamente,

¹ Em 1995 o Sebrae promoveu, em todo o país, mais de 300 seminários regionais, com o objetivo de elaborar um novo Estatuto da Micro e Pequena Empresa e propostas para o regime tributário desse segmento. No V Congresso Brasileiro das Micro e Pequenas Empresas, as reivindicações foram encaminhadas para o senador José Sarney, que elaborou e apresentou, a partir dos documentos do Sebrae, os projetos de lei nº 31 - regime tributário, e o de nº 32 - Estatuto - no início de 1996. Embora tramitando no Congresso em regime de "urgência urgentíssima", em dezembro do mesmo ano o Executivo instituiu a Lei 9137, relativa à tributação das MPE.

constituir-se em entidade privada no ano de 1990.

Isso, por si só, leva a questionamentos tais como: Será esse fato indicativo da permanência de traços corporativistas no sistema democrático brasileiro? Como um órgão paraestatal exerce pressão sobre os poderes públicos estatais? Se sua formação é resultado de decreto, qual o grau de representatividade e legitimidade tanto em relação aos micro e pequenos empresários quanto em relação ao Estado brasileiro? Quais são os mecanismos de que se utiliza para a defesa de seus interesses? Como esses interesses são formulados?

A atividade dos grupos de pressão no Brasil não é regulamentada, o que, de certa forma, dificulta – mas não inviabiliza – o estudo de seus mecanismos de atuação. O tema em questão visa, assim, debater as questões levantadas, a partir de três eixos básicos - grupos de pressão, corporativismo e pluralismo - partindo do pressuposto de que vigora no Brasil um sistema híbrido, considerando-se as relações sociedade/Estado e no processo decisório das políticas públicas.

As origens do Sebrae

Em regimes democráticos pressupõe-se que o controle da participação coletiva/social ativa sobre o processo decisório seja um critério fundamental, e aqui não cabe o debate se este deve ser exercido pela via representativa ou direta.

O que se observa é que a **visibilidade**, tanto em relação aos participantes desse processo quanto aos mecanismos de articulação que se estruturam, são fatores imprescindíveis para que a relação sociedade/Estado não se expresse de forma dicotômica.

Embora haja uma vasta literatura concernente a essas relações, bem como relativa ao processo de formulação e implementação de políticas públicas, a atuação e influência concretas de grupos e organizações específicas sobre o aparato estatal têm sido relativamente pouco abordadas.

Segundo Silva (1995), em 1989 foi apresentado um projeto de lei, no Senado, proposto pelo então senador Marco Maciel, visando

disciplinar as atividades dos *lobbies*².

Comparando o Brasil com os Estados Unidos, o autor utiliza-se de dados que demonstram a existência de 46 mil lobistas registrados e atuantes no Senado deste país, onde os parâmetros e limites de sua atuação são bens definidos. Em relação ao Brasil, Silva (1995) afirma que:

No Senado brasileiro não há nenhum tipo de registro. Na Câmara Federal há um sistema de credenciamento com cerca de 60 entidades registradas. Mas ninguém sabe com precisão qual é o trabalho que fazem, os recursos de que dispõem (origem e aplicação) e o número de representantes que atuam. (p. 100)

Por outro lado, pesquisa de opinião sobre temas de interesse das Micro e Pequenas Empresas – MPE - realizada em junho de 1995, no Congresso Nacional analisa que:

Comparando a força de articulação política das MPEs ao poder dos *lobbies* encabeçados pelos bancos, ruralistas, industriais e por funcionários públicos, a capacidade de articulação política e presença do segmento das MPEs no Congresso é considerada forte por apenas 28,4% dos parlamentares, contra 35,6% dos que a consideram fraca e 36% dos que a consideram regular. (SEBRAE, 1995, p.3)

Embora não haja regulamentação específica à atividade dos grupos de pressão e *lobbies*, ela é avaliada qualitativamente pelos próprios parlamentares. Na pesquisa citada o propósito é explícito: o diagnóstico da imagem que os micro e pequenos empresários possuem junto ao Poder Legislativo, a opinião dos congressistas sobre determinados assuntos e sugestão de estratégias para que os temas de interesse desse segmento

² Esse projeto foi declarado inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça, que considerou que tal matéria não deveria ser apresentada como lei ordinária, já que, específica ao Poder Legislativo, não teria necessidade do crivo do Poder Executivo. A Câmara e o Senado, assim, seriam os responsáveis legais e legítimos para alterações no Estatuto em relação a assuntos desta natureza.

sejam melhor articulados.

Verifica-se, contudo, a ausência de critérios objetivos para análises específicas e comparativas sobre a eficácia e legitimidade de atuação dos grupos de pressão. Por não ser regulamentada tal atividade, não há definições do que é permitido ou não e, por conseguinte, quais as relações que se estabelecem no tocante ao grupo reivindicador e aos membros dos centros decisórios, em geral.

Com o objetivo de preencher uma pequena lacuna, propomos, assim, a abordagem do Sebrae como grupo de pressão, considerando-o tanto como corpo intermediário entre Estado e sociedade quanto como organização atuante e influente na definição das políticas públicas - sendo ele mesmo alvo de uma política -, verificando sua atuação em referência a traços corporativistas na estrutura sócio-política brasileira.

O Sebrae apresenta uma origem curiosa. No início da década de 70 é criado o Cebrae, Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, órgão vinculado à Administração Pública Federal, que atuava por intermédio de várias unidades CEAG - Centro de Apoio Gerencial -, presentes nos diversos estados da Federação. Com o objetivo de fomentar o setor das micro e pequenas empresas, o Cebrae sobrevive até o início da década de 90, quando, através da Lei nº 8.029, de 12/04/90, é transformado em Serviço Social Autônomo.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae -, entidade civil sem fins lucrativos, origina-se, destarte, por determinações estatais cuja transição no processo público-privado estende-se até fins de 1990.

Por meio de decreto³, estipula-se que as ações do Sebrae, **entidade privada** (grifos nossos), deverão estar “em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente as relativas às áreas industrial, comercial e tecnológica”. Além disso, a própria

³. Decreto nº 99.570, de 9 de outubro de 1990. As leis, decretos, Estatuto, Regimento e Plano Diretor do Sebrae encontram-se em “ATOS legais de constituição e transformação do Sistema Sebrae”. 2 ed. Brasília: Sebrae, 1994.

composição interna dessa **sociedade civil** (grifos nossos), ainda que definida por um estatuto próprio é, em última instância, determinada pelo Decreto nº 99.570, de 09/10/1990, que regula justamente a transição de órgão federal para sociedade civil

A estrutura anterior do Cebrae é absorvida e transposta para o Sebrae, onde os CEAG's originarão os Sebrae estaduais, com composição semelhante ao do Sebrae Nacional. Os recursos para a manutenção e desenvolvimento do Sistema também são determinados pelos Poderes Públicos: as contribuições sociais relativas ao custeio da Previdência Social e do Senai, Senac, Sesi e Sesc são majoradas com o objetivo de financiamento do Sebrae (0,1% em 1991, 0,2% em 1992 e 0,3% em 1993).

No Plano Diretor há a definição do Sebrae no que tange à sua essência, isto é, como Entidade Paraestatal:

Na espécie, o Sebrae é uma sociedade civil sem fins lucrativos, gerida com predominância de representações de entidades privadas, para o exercício de um papel de apoio ao Poder Público na consecução das suas políticas de desenvolvimento econômico e social. (ATOS LEGAIS, 1995, p. 93)

Segundo a tese defendida por Faoro (1977), o Brasil assimilou a herança metropolitana ao organizar-se a partir de parâmetros patrimoniais e estamentais⁴. De acordo com o autor, tais estruturas foram transpostas de Portugal, configurando-se o Estado brasileiro anteriormente à sociedade brasileira.

Em função desse fato central, Faoro propõe a compreensão do quadro nacional segundo uma perspectiva inicialmente culturalista que expande-se em todas as dimensões, possibilitando que relações clientelísticas sobrevivam à medida que esse contexto sofre constantes adaptações em níveis externo e interno. Isto é, permanece o papel central do Estado, determinando e controlando todos os aspectos da sociedade.

Ainda que com outro enfoque, vários autores discutiram a questão da autonomia e soberania nacionais, seja abrangendo a América Latina como um todo, seja enfocando as especificidades brasileiras⁵. Neste último caso, os autores apontam para as condições permissivas à situação de “sociedade dependente”, “capitalismo periférico”, “condição de heteronomia” e “subdesenvolvimento”.

Embora cada autor analise a formação histórico-social brasileira enfatizando um ou outro aspecto, em todos eles está presente a noção da incapacidade da burguesia constituir-se como classe dominante, em virtude de sua articulação com segmentos específicos do capitalismo hegemônico – e, portanto, a eles subordinada –, ou em função de, mesmo com a proposição de interesses próprios, ocorrer a sua submissão à burocracia (estamento) historicamente dominante.

Muito tem se discutido a respeito do papel da política na nova “(des) ordem” mundial, procurando-se retomar a questão dos valores para a proposição de políticas que extrapolem o âmbito técnico⁶. A proposta da pesquisa em desenvolvimento, destarte, consiste em considerar o papel fundamental da política, enfocando um grupo de pressão específico, pressupondo que no regime democrático brasileiro, em que pesem todos os avanços realizados no período dos anos 80 até hoje, persistem traços corporativistas.

O enfoque no Sebrae como grupo de pressão visa debater e situar

⁴. Patrimonialismo por ser indistinto o público do privado e estamental por ser uma camada dominante que renova-se internamente, sempre num quadro fechado estruturalmente. Estamento burocrático que “em lugar de integrar, comanda, não conduz, mas governa”. (Faoro, 1977, p. 743) Indissociados nação e Estado, o sistema patrimonial-estamental adequa-se às mudanças e “compatibiliza-se, ao imobilizar as classes, os partidos e as elites, aos grupos de pressão, com a tendência de oficializá-los” (idem, p. 745)

⁵. Ver Cardoso e Faletto (1970), Quijano (1977), Pereira (1987), Furtado (1987), Fernandes (1975).

⁶. Essa discussão foi a tônica do 1º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, realizado no período de 17 a 20 de dezembro de 1998, na Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

a posição de um determinado segmento da sociedade, os proprietários de micro e pequenas empresas, na estrutura mais ampla da correlação de forças do processo decisório das políticas públicas, levantando dados e discutindo o seu impacto no que concerne à “sua presença, importância, intensidade e âmbito de atividade e às condições que favorecem ou impedem seu sucesso”. (Bobbio et al., 1998, p. 563)

Definindo Conceitos: As relações entre grupos minoritários e processos decisórios.

A utilização da expressão grupo de pressão justifica-se à medida em que visa ressaltar as diferenças entre conceitos como grupos de interesses, lobbies e partidos políticos.

A não utilização do termo grupo de interesses decorre das dificuldades analíticas em definir o que seja um interesse, ou seja, sua amplitude acaba por esvaziá-lo enquanto instrumental conceitual, além de não permitir discutir o modo pelo qual esses interesses se articulam e se fazem representar nos centros decisórios nacionais (idem, p. 564)

Lobbie, por sua vez, sugere mais uma ação pontual e específica do grupo de pressão, ou seja, é mais um complemento na caracterização das atividades desses grupos do que um conceito intercambiável.

Para diferenciar partidos políticos dos grupos de pressão, embora ambos exerçam muitas funções semelhantes, os últimos não participam do processo eleitoral, ou seja, não visam a gestão direta do poder, mas sim aproximar-se do poder político e aumentar sua intensidade e frequência de influência, mais que exercê-lo de fato (idem, p. 565).

Pressão é ... a possibilidade de recorrer a sanções negativas (punição) ou positivas (prêmios), a fim de assegurar a determinação imperativa dos valores sociais através do poder político. (Bobbio et. al., 1998, p. 564)

Dessa forma, torna-se imprescindível o estudo e a análise dos processos decisórios, enfocando a sua estrutura e os mecanismos

estabelecidos, demonstrando por quê determinados arranjos são expressos em formulações específicas de políticas públicas.

Segundo Lamounier (s/d) as relações entre sistema de decisões e sistema de participação são determinadas reciprocamente. O autor refuta, portanto, as teses que defendem o Estado como implementador de políticas a partir de demandas societárias ou como instrumento por parte daqueles que detêm os recursos econômicos, bem como aquela tese que afirma a autonomia do Estado⁷.

Para Lamounier, a formulação das políticas públicas é processual, isto é, sua articulação e implementação a partir de elementos tais como barganhas, pressões e contrapressões, constitui-se em um processo ininterrupto, considerando que a definição da pauta da agenda já significa um momento de sua formulação.

Lindblom (1981) considera a vida política um jogo de poder, no qual a persuasão, o intercâmbio - ou troca - e a autoridade são os mecanismos acionados na formulação e na definição das políticas adotadas.

Como instrumento de persuasão indica a análise, que só se manifesta livremente em sociedades democráticas, caracterizando-se por ser uma visão parcial relacionada a um determinado aspecto da sociedade, permitindo o debate democrático.

Lindblom observa que o intercâmbio não está limitado a critérios como tempo e espaço conjunturais e extrapola o âmbito da moeda para se inserir no mercado de subsídios e incentivos.

A autoridade, por sua vez, é fundamental em qualquer sistema de governo. Pautando-se na obediência, é referencial para os mecanismos de persuasão e intercâmbio, pois requer ajustamentos mútuos, dado o

⁷. Consultar também Przeworski (1995), que realiza um resgate sobre os expoentes dessas teses.

⁸. Não somente a pressões internas presentes no aparato estatal, mas também externas. Segundo Nunes (1997) "Uma vez que o Estado tem de competir com grupos sociais e, ao mesmo tempo, manter seu monopólio sobre a autoridade, muitas vezes ele fornece incentivos e limitações à ação do grupo" (p. 38)

conjunto complexo de funcionários presentes, por exemplo, na burocracia estatal⁸.

Lindblom também observa que o processo decisório desenrola-se não somente na esfera visível da política, mas também na invisível, abrangendo as comissões no Parlamento, a diversidade dos órgãos burocráticos e as ações dos partidos políticos e dos grupos de interesse, principalmente.

Em relação aos grupos de interesse, cujo requisito fundamental para a sua constituição é a organização, o autor afirma que eles exercem papel importante no processo decisório das políticas públicas, e responsabilizando-os pelas informações e análises, evitando que a decisão final seja estabelecida a partir de um único referencial. Assim, além da análise parcial subsidiar pesquisas e consultorias, sua utilização visa sobretudo influenciar as autoridades governamentais por intermédio da persuasão e de sua capacidade de influenciar eleições.

Segundo Sartori (1994), o jogo político de soma positiva, que pressupõe constantes negociações e acordos - conflituosos ou cooperativos, possibilitando que todos ganhem - é possível apenas tratando-se de pequenos grupos. Para ele, o funcionamento do sistema democrático está referenciado a uma estrutura poliárquica-eleitoral-competitiva, justificando essa afirmação com a tese de que, na realidade, são minorias plurais que se entrecruzam e realizam manobras de coalizão, nas quais os governantes são escolhidos a partir de eleições realizadas. Para Sartori, essa estrutura é competitiva em função dos grupos plurais, ou minorias, competirem entre si na tentativa de obter os votos dos eleitores.

Essas minorias plurais se constituiriam em comitês, grupos decisórios numericamente pequenos, interagindo face a face, com uma relativa durabilidade temporal. Os pagamentos laterais, que implicam em processos de ajustamentos e coordenação das decisões, seriam a “moeda” nos comitês, o que contribuiria para evitar a fixação de perdedores e ganhadores. A democracia real, para Sartori, consiste em uma rede de comitês extremamente complexa, já que são formadores de opinião e muitas vezes tomam decisões.

Embora com terminologias diferenciadas - grupos de pressão, grupos de interesse, comitês -, essas considerações sugerem que a definição das políticas públicas é, em parte, influenciada e/ou determinada pelas minorias, seja porque, por meio de eleições, tornam-se governantes, seja porque organizam-se e exercem pressões sobre os órgãos decisórios.

Cabe ressaltar que essas minorias caracterizam-se por ser **organizadas** (grifos nossos), ou seja, respaldadas em demandas da sociedade civil, que podem apresentar origem autônoma e voluntária ou, pelo contrário, ser formalizadas por decisões estatais. Nesse último caso, a sua atuação aponta tendências mais para uma posição de conciliação – quando não de subordinação – do que de confronto aos procedimentos estatais.

Dessa forma, para este estudo, torna-se essencial a análise da atuação do Sebrae não somente em relação à esfera visível da política - por exemplo, análise e votação dos projetos de lei - e medidas implementadas pelo Executivo, mas fundamentalmente a identificação do processo pelo qual esses resultados são alcançados, o que implica em considerar as comissões parlamentares e os organismos burocráticos.

A esse respeito, dois referenciais teóricos serão utilizados – típico-ideais –, tanto em seu sentido de representação e intermediação de interesses entre sociedade civil e Estado quanto como parâmetro no processo decisório das políticas públicas, quais sejam, o pluralismo e o corporativismo.

Pluralismo e corporativismo: Híbridismo?

De modo genérico, pode-se caracterizar o pluralismo como um modelo no qual vários grupos sociais, podendo ser concorrentes, visam à limitação do poder estatal, isto é, impõem restrições a um único centro de poder dominante, opondo-se tanto ao individualismo exacerbado quanto ao poder excessivo do Estado. (Bobbio et. al, 1998, p. 928).

Embora o gênero pluralismo tenha originado espécies diferentes⁹, o pluralismo democrático é o que teve maior expressão, em virtude de ser considerado como manifestação da organização social norte-

americana. Segundo as palavras de um dos maiores expoentes dessa vertente:

A teoria e a prática do Pluralismo americano tendem a afirmar que a existência da multiplicidade dos centros de poder, nenhum deles totalmente soberano, ajudará a refrear o poder, a garantir o consenso de todos e a resolver pacificamente os conflitos. (Robert Dahl apud Bobbio et al, 1998, p. 931)

As atividades dos grupos, no contexto pluralista, possibilitam que se produza um sistema de equilíbrio, porém, alguns requisitos devem estar presentes, tais como liberdade de associação e formação, não monopolização na representação, ausência de interferência estatal na sua regulação interna bem como a ausência de qualquer *status* público e/ou delegação de funções públicas.

De acordo com Araújo e Tapia (1991), os estudos sobre o corporativismo, desenvolvidos sobretudo a partir da década de 70, influenciaram as considerações até então traçadas acerca das relações entre Estado e sociedade.

A literatura corporativista, segundo esses autores, apresenta várias interpretações e contextos diferenciados, porém, têm em comum o fato de se constituírem em crítica ao pluralismo.

Em geral, a crítica corporativista¹⁰ ao modelo pluralista ocorre pelo menos em três pontos fundamentais: na natureza dos grupos, que conformam-se menos em associações voluntárias e mais direcionadas pelo Estado; nos limites na extensão da competição entre os grupos, e na monopolização na representação de interesse.

⁹. Em relação ao pluralismo, verificam-se distinções entre pluralismo de inspiração socialista, pluralismo democrático e pluralismo cristão-social. Para fins de pesquisa, nossos referenciais centrar-se-ão no pluralismo democrático. Ver Bobbio et. al. (1998).

¹⁰. Por corporativismo entende-se uma estrutura de representação de interesses que visa à minimização dos conflitos típicos da sociedade de classes capitalista. Seus parâmetros pautam-se na colaboração entre as classes a partir das categorias profissionais. Distingue-se, entretanto, o corporativismo contra-revolucionário ou tradicional do dirigista, este último com o significado próximo da abordagem efetuada. Consultar Bobbio et. al (1998).

Contudo, o referencial corporativista apresenta-se mais como parâmetro de análise na compreensão das relações entre sociedade e Estado, principalmente no que tange à América Latina, do que propriamente como uma teoria, haja vista não abarcar todas as variações e fenômenos nas dimensões social e política.

De todo modo, é possível apontar para evidências empíricas no que tange ao corporativismo como estrutura alternativa de representação de interesses em relação ao modelo pluralista.

Segundo Schmitter (1992), o conceito de corporativismo deve ser operacional em suas várias formas de manifestação já que, para o autor, esse conceito caracteriza-se por um sistema moderno e distintivo de representação de interesses, sendo que a própria institucionalização dos grupos de interesse já se constitui em uma política pública.

De acordo com esse autor, o que diferencia o corporativismo “moderno” daquele em vigor na época medieval e mesmo do corporativismo fascista é a sua praxiologia, ou seja, sua não vinculação ideológica¹¹. Com a preocupação central de propor uma alternativa ao paradigma pluralista dos grupos de interesse, vinculado ao regime democrático liberal, Schmitter afirma:

El corporativismo puede definirse como un sistema de representación de intereses en que las unidades constitutivas están organizadas en un número limitado de categorías singulares, obligatorias, no competitivas, jerárquicamente ordenadas y funcionalmente diferenciadas, reconocidas o autorizadas (si no creadas) por el Estado, y a las que se ha concedido un deliberado monopolio representativo dentro de sus respectivas categorías a cambio de observar ciertos controles sobre la selección de sus dirigentes y la articulación de sus demandas y apoyos. (Schmitter, 1992, p. 24)

Ele ressalta, porém, que associações corporativas podem coexistir

¹¹. Essa visão também é compartilhada por Offe (1989).

com partidos políticos e outros movimentos sociais, e que a definição acima corresponde a um tipo ideal - ou, como ele mesmo afirma, um tipo construído, já que pautado em elementos empiricamente observáveis -, ainda que certos pressupostos sejam compartilhados tanto pelo paradigma pluralista quanto pelo corporativista, ambos são essencialmente diferentes¹².

Dada a natureza não ideológica do corporativismo, Schmitter afirma que ele não se confunde com nenhum sistema global e específico de dominação política. Há, contudo, que se diferenciar os dois subtipos de corporativismo, o social e o estatal¹³, colocando-se a necessidade de uma análise empírica a partir das características anteriormente definidas. Segundo Schmitter o corporativismo social estabeleceu-se em sociedades nas quais, tradicionalmente, predominou o *Welfare State*, com um capitalismo avançado, organizado e democrático. Nesse caso, as organizações representativas teriam relativa autonomia para aceitar ou não suas relações com o Estado, tendo por consequência participação e influência na forma e no conteúdo desses vínculos.

O corporativismo estatal, para o autor, aponta para correspondências entre o contexto de um capitalismo periférico e tardio em sociedades subdesenvolvidas, nas quais transformações na divisão internacional do trabalho e a situação de dependência culminaram com a direção estatal impondo e conformando a organização societária.

¹². Segundo o autor, em relação às semelhanças entre os paradigmas: creditam importância crescente às associações formais de representação; persistência e expansão de interesses funcionalmente diferenciados e potencialmente conflitivos; importância da burocracia estatal; diminuição da importância da representação partidária, interpenetração das arenas decisórias públicas e privadas.

¹³. De acordo com a literatura consultada, há divergências em relação aos conceitos de corporativismo e neocorporativismo. Foram encontradas referências ao corporativismo e seus subtipos, social e estatal (Tapia e Araújo, 1991, e Schmitter, 1992), bem como ao neocorporativismo, todos expressando características semelhantes e também com dois sentidos, isto é, tanto como estrutura do processo decisório quanto de padrão de relacionamento entre sociedade civil e Estado (Bobbio). Inicialmente propomos a utilização dos termos de corporativismo estatal e social, o que permite apontar suas especificidades em se tratando de sociedades de capitalismo desenvolvido e sociedades de capitalismo periférico. Essa conceituação será revista e debatida no decorrer da pesquisa, já que um de seus propósitos é justamente debater a pertinência de tal modelo para a compreensão do caso brasileiro, nas duas dimensões acima mencionadas.

Nesse subtipo, não só o corporativismo possibilita uma maior independência do Poder Executivo em relação aos outros Poderes, mas enfatiza sobretudo a ação de grupos de pressão e *lobbies*, institucionalizando o acesso aos centros decisórios, nos quais percebe-se relações clientelísticas e patrimonialistas em certas dimensões da estrutura sócio-política¹⁴.

Essa questão se enquadra na polarização entre corporativismo e pluralismo. Se seguirmos o referencial de Schmitter, seremos levados a pensar que, em princípio, a organização dos micro e pequenos empresários relaciona-se a uma estrutura manifestamente corporativista: criação por parte do Estado, definição do corpo dirigente, definição estatal sobre a origem dos recursos e dos critérios de ação, por exemplo.

Contudo, a existência de traços corporativistas não significa que possa ser inferida, por conseguinte, uma estrutura respaldada no corporativismo, como processo decisório e como representação de interesses. Assim, no caso específico do Sebrae, os dados até agora analisados sugerem correlações entre a sua origem e as características descritas por Schmitter, o que não significa que outras possibilidades sejam excluídas.¹⁵

Segundo Offe (1989), os grupos de interesse, ao assumirem funções semi-públicas, tornam-se variáveis dependentes da política pública. Ele propõe que o fenômeno da corporativização seja considerado como eixo de desenvolvimento, conforme os grupos de interesse tenham mais ou menos *status* político.

Os fatores de corporativização, assim, abrangeriam o *status* de recursos - em que medida são supridos pelo Estado -, *status* de

¹⁴. Cabe ressaltar que, enquanto tipos ideais não são encontrados em estado "puro", isto é, mesclams-e características, predominando, contudo, em um ou outro tipo, determinados aspectos.

¹⁵. Segundo Marques (1998), o corporativismo está ultrapassado como modelo analítico do caso brasileiro, desenvolvendo o conceito de permeabilidade. Acreditamos, contudo, que esse referencial ainda é válido desde que não se procure compreender "o todo pela parte". Isso significa que vínculos grupo/Estado tipicamente relacionados a arranjos corporativistas não implicam em inferir que toda a estrutura sociedade-Estado paute-se no corporativismo. Cabe ressaltar a origem do Sebrae a partir de determinações estatais.

representação – como se dá a atuação da organização - *status* de organização – relativo às relações internas - e *status* de procedimento - execução das políticas. Comumente, de acordo com o autor, o que se verifica é a mescla desses *status*, em que geralmente se ganha em uma dimensão mas se perde em outra.

Offe complementa Schmitter no que tange ao modo pelo qual se estabelece o *status* público da representação de interesses, explicitando as esferas de atuação das organizações. Divergem, contudo, sobre os grupos que podem ser considerados como corporativos: para Schmitter, são corporativos os grupos que contemplam os critérios mencionados em sua definição, independente de serem compostos por operários, patrões, médicos ou professores; para Offe, ao incorporar diversos grupos sociais, corre-se o risco de desconsiderar os conflitos de classe, restringindo-se, portanto, ao campo dos trabalhadores e patrões.

Para Diniz (1997), o corporativismo brasileiro caracterizou-se, diferentemente da Europa Ocidental, por se expressar de maneira setorial e bipartite, isto é, Estado e setores específicos do empresariado participando das negociações, com a exclusão dos trabalhadores. Dessa forma, ao mesmo tempo em que possibilitou o fortalecimento do Estado, principalmente o Executivo, tornou-o mais suscetível aos interesses privados (permeabilidade). Contudo, com o ápice da crise brasileira nos anos 80, surgiu a necessidade de se estabelecer alternativas ao modelo econômico de substituição de importações e, politicamente, à ideologia nacional-desenvolvimentista.

Diniz, embora observe que não houve o desmonte da estrutura corporativista, lembra que o que se verifica na América Latina em geral,

16. Para Nunes (1997) a noção de combinação é fundamental. Analisando as relações Estado-sociedade no Brasil, ele indica a coexistência e a interpenetração de quatro gramáticas: clientelismo, insulamento burocrático, universalismo de procedimentos e corporativismo. O corporativismo, embora pressuponha uma certa racionalidade para a resolução dos conflitos políticos, não exclui elementos clientelísticos, com a permanência de traços personalistas num padrão típico de sociedades do tipo periférico. Para ele, o conceito corporativista, por si só, empobrece a análise, sendo necessário abrangê-lo em articulação com os demais para que se compreendam as especificidades brasileiras. Ver Diniz (1997), Fernandes (1975), Marques (1998).

e no Brasil em particular, são tendências que apontam para sistemas híbridos¹⁶, isto é, “em que as lógicas pluralista e corporativista convivem em graus que variam caso a caso” (Diniz, 1997, p. 31).

Destarte, ela afirma que mudanças sócio-econômicas e transformações nas formas de participação possibilitam “padrões alternativos de intermediação de interesses, novas formas de negociação e estilos diferenciados de pressão política” (Diniz, 1997, p.32).

A análise do Sebrae, desde sua constituição, no início da década de 90, até 1998, privilegiando suas articulações em nível nacional, com o Congresso e com os órgãos da burocracia estatal visa detectar quais as posições e ações dessa instituição criada por decreto presidencial, com determinações acerca de sua composição e funções.

A essência da legislação compreendida nesse período e a maior ou menor confrontação do Sebrae face aos desígnios estatais permitirão discutir se, mesmo possuindo uma origem não autônoma, a pressão exercida pela entidade conforma-se em um contexto de subordinação ou de enfrentamento a essas decisões.

Será possível, dessa forma, situar o Sebrae nesse ‘sistema híbrido’, apontando para as características de continuidade e mudança, no que se refere ao corporativismo e ao pluralismo, presentes e expressas nesse grupo de pressão, bem como características “híbridas” no interior dessa própria organização.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, A. M. C.; TAPIA, Jorge R. B. Corporativismo e neocorporativismo: o exame de duas trajetórias. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 32, pp. 1-30, 2º semestre 1991, pp.3-30
- ATOS LEGAIS de constituição e transformação do Sistema Sebrae. 2º ed. Brasília: Sebrae, 1995.
- BOBBIO, N. et al *Dicionário de Ciência Política*. Brasília: UNB, 1998.

- CARDOSO, F. H. e FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7º ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.
- DINIZ, E. *Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil: 1985-95*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. pp. 11-39
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9º ed. São Paulo: Globo, 1991, v. 1 e 2.
- FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 3º ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FURTADO, C. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Nacional, 1981.
- FURTADO, C. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *BIB* Rio de Janeiro, n. 41, 1996. pp. 35-83
- LAMOUNIER, B. *Análise de políticas públicas: quadro teórico-metodológico de referência*. s/d (mimeografado)
- LINDBLON, C. *O processo de decisão política*. Brasília: UNB, 1981.
- MARQUES, E. C. *Redes sociais e permeabilidade do Estado: instituições e atores políticos na produção da infra-estrutura urbana no Rio de Janeiro*. Campinas: 1998. Tese (doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia, Ciências e Letras – IFCH. Unicamp. pp. 11-32
- MICRO e pequena empresa no Brasil: dados selecionados. Coletânea Estatística. v. 1, n 1. Brasília: Sebrae, 1996.
- NUNES, E. *A gramática política do Brasil: Clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF; ENAP, 1997.
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- PEREIRA, L. C. B. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRZEWORSKI, A *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- QUIJANO, A . *Dependencia, urbanización y cambio social en Latinoamerica*. Lima: Mosca Azul, 1977. pp 7-16 e 153-242.
- SARTORI, G. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994, v. 1, cap. V-VIII
- SCMITTER, P. ? Continúa el siglo del corporativismo? In Schmitter, P. (org) *Neocorporativismo I e II más alla del Estado e el mercado*. Mexico: Alianza Editorial, 1992. pp. 15-66
- SEBRAE, Pesquisa de Opinião no Congresso Nacional sobre temas de interesse das MPE. Brasmarket/Supervisão de Pesquisa e Desenvolvimento/Sebrae, junho 1995,mimeo.
- SILVA, Ruy. M. Altenfalder. O Congresso brasileiro e as organizações empresariais. IN *O futuro do Congresso brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

SISTEMA DE SAÚDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DAS ONGs NO ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DA AIDS: QUESTÕES TEÓRICAS

Maria Cecília Penteadó Figueira de MELLO*

RESUMO: O presente artigo pretende situar teoricamente os impasses e desafios impostos ao Sistema Único de Saúde-SUS diante da epidemia da AIDS que tem atingido especialmente os segmentos populacionais menos favorecidos socioeconomicamente. As demandas adicionais decorrentes da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), têm pressionado por maiores recursos do setor público de saúde, ao mesmo tempo que se vivencia uma conjuntura de crise e o questionamento mundial do Estado de Bem Estar Social, sendo que, no país, sequer se chegou a alcançar a conquista à saúde, direito preconizado pela Constituição Federal de 1988.

PALAVRAS-CHAVE: AIDS, direito à saúde, Estado de Bem Estar Social, demandas sociais, recursos, atendimento médico-assistencial, controle popular, papel das ONGs.

Introdução

A epidemia da AIDS representa nos dias de hoje um dos problemas mais graves da saúde pública, atingindo principalmente os países em desenvolvimento e os segmentos populacionais desfavorecidos economicamente.

Segundo BERER (1997, p.32),

AIDS significa em inglês, Síndrome da

* Este texto faz parte da pesquisa de dissertação de mestrado em Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14.800-902 – Araraquara – S.P. defendida em 09/08/99, tendo como orientadora: Prof.a/Dra. Lucila Scavone

Deficiência Imunológica Adquirida. Deficiência imunológica quer dizer que o sistema imunológico está sendo impedido de funcionar. Síndrome é um grupo de sintomas ou doenças com uma só causa originária, neste caso o HIV. Se o HIV reduz o funcionamento imunológico a um certo nível, e/ou quando uma ou mais doenças relacionadas ao HIV ocorrem, a pessoa passa a ter AIDS... Quase todas as doenças relacionadas ao HIV podem ser tratadas se houver recursos disponíveis. As pessoas com HIV e as pessoas com AIDS não necessariamente se sentem gravemente doentes, ou doentes todo o tempo. A AIDS pode se desenvolver mais rapidamente se a pessoa for exposta ao HIV repetidamente.

A possibilidade de contrair doenças varia de pessoa para pessoa. Para alguns, as primeiras manifestações são mais simples e, para outras, de início mais graves, podendo sua saúde deteriorar-se rapidamente. As condições e acesso a tratamento adequado podem prolongar a vida e minorar os efeitos das infecções oportunistas se o indivíduo tiver um acompanhamento constante, se seguir o tratamento com regularidade e se a administração das drogas for realizada no tempo certo e adequadamente.

Vários fatores, como momento do diagnóstico, características do acompanhamento das condições de saúde, e reconhecimento da doença por parte do paciente, contribuem para que a evolução e as manifestações patológicas sejam mais ou menos intensas, imediatas ou proteladas no decorrer do tempo.

Falhas na condução de um desses momentos do processo podem acarretar agravamento das condições de saúde do indivíduo ou até mesmo antecipação de sua morte.

Especialmente no caso do Brasil, merece destaque aprofundar o papel que o Estado vem desempenhando no enfrentamento da epidemia, consubstanciado nas políticas públicas de saúde e conseqüente

organização de serviços específicos. Ressalte-se que as parcelas da população, provenientes dos estratos socioeconômicos mais baixos, dependem exclusivamente do sistema público de saúde (SUS), para a sua própria sobrevivência e para o atendimento de suas demandas de orientação, assistência e tratamento de saúde, em todos os níveis de atenção (assistência primária: atendimento ambulatorial; secundária: exames complementares e atendimento de especialidades; e terciária: atendimento hospitalar).

Os indivíduos contaminados pelo HIV (vírus da imunodeficiência humana), ao constatarem que são portadores do vírus de uma doença fatal, vão se deparar com uma série de dificuldades adicionais, decorrentes da sua posição social e condição de vida, para o acompanhamento de sua saúde e atendimento de patologias decorrentes da doença. No seu relacionamento com os profissionais de saúde e especialmente com os médicos, também enfrentarão desigualdade nas relações e dificuldades de comunicação, compreensão de seus problemas e entendimento mais profundo de suas necessidades e anseios.

Acresce-se ainda que a complexidade dos problemas que a AIDS envolve é agravada, na sociedade brasileira, por uma estrutura socioeconômica marcada por desigualdades sociais, registrando altos níveis de concentração de renda nas mãos de uma pequena minoria, em face de uma classe média cada vez mais empobrecida e de uma grande parcela da população que apresenta condições de vida extremamente precárias¹.

Por sua vez, a evolução da AIDS no mundo e as perspectivas de seu enfrentamento econômico, político e social se inserem num contexto de questionamento do Estado de Bem Estar Social e de redução dos investimentos públicos em setores considerados essenciais para a reprodução da força do trabalho, como habitação, saúde e educação, dentre outros. Essa conjuntura representou, mesmo nos países centrais,

¹. De acordo com dados do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1998), 28,7% da população encontra-se segundo a definição internacional, abaixo da linha de pobreza, auferindo renda inferior a US\$1/ dia, por pessoa. Segundo a mesma pesquisa, o Brasil tem 25 milhões de miseráveis, acima de 16 anos.

uma regressão em termos das conquistas sociais e trabalhistas, adquiridas no decorrer do desenvolvimento da sociedade capitalista (Oliveira, 1994).

Mann (1993), entretanto, destaca que as possibilidades de vida, bem como a qualidade de sobrevivência dos portadores do HIV/AIDS, estão profundamente relacionadas com o acesso a profissionais de saúde; a equipamentos e a tecnologias que auxiliem no diagnóstico da doença, verificação do estado imunológico e acompanhamento de sua progressão; utilização de procedimentos, medicamentos e orientação adequados às diversas etapas da doença. Estes elementos se constituem em instrumentos de enfrentamento da AIDS.

Sistema Público de Saúde – SUS

No Brasil, o acesso à saúde é garantido pela Constituição Federal de 1988 que estabelece

a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (Art. 196, Seção II, da Saúde, Cap. II, da Seguridade Social, Título VIII, da Ordem Social).

Este direito à saúde integral preconizado pela Constituição foi regulamentado pela lei número 8.080 de setembro de 1990 (que institui o Sistema Único de Saúde- SUS) mas, apesar de todos os esforços envidados, está muito longe de se concretizar.

Muitas das conquistas alcançadas com a Constituição Federal de 1988, como o direito universal à saúde, vêm sendo questionadas em nome da modernidade e do neoliberalismo. Sua concretização, através da implantação de políticas públicas, controle político e regulamentações legais, dependerá da organização e de mecanismos de pressão das classes populares e de todos os segmentos sociais que a elas se somarem.

A legislação do SUS, orientada pela ótica do direito à saúde, configura uma nova relação entre o Estado, trabalhadores de saúde e

sociedade. O Estado é visto como responsável fundamental na promoção da saúde e na garantia do atendimento com equidade. Disso decorre, necessariamente, uma nova concepção de organização e de articulação dos serviços entre os vários níveis de governo e uma nova concepção de gestão, cujo controle é garantido pela legislação através dos vários Conselhos de Saúde, nos níveis federal, estadual, municipal e até mesmo dos conselhos gestores das unidades.

Entretanto, é importante salientar que esses mecanismos de representação e de controle das ações do Estado têm sido frágeis e que, no país, nem sequer se chegou a garantir patamares mínimos que assegurem as condições básicas e necessárias à reprodução da força de trabalho, sendo que amplos contingentes populacionais têm sido sistematicamente excluídos de qualquer benefício social. Quais são as alternativas existentes diante dessa crise contemporânea que vem questionando o papel do Estado como produtor de bens sociais coletivos? Quais os mecanismos sociais existentes com vistas a impedir que o Estado seja representante apenas da iniciativa privada e dos proprietários do capital, em detrimento de toda uma coletividade? Como são alocados esses recursos sociais?

A oferta de bens e serviços públicos de saúde reflete, por sua vez, as desigualdades sociais. Essa oferta concentra-se a regiões e segmentos sociais privilegiados. A localização de unidades de saúde nos mais diferentes níveis de complexidade (unidades básicas e de atendimento secundário e terciário) é inversamente proporcional às necessidades da população, ou seja, quanto mais pobre e quanto mais dependente do serviço público para a sua própria sobrevivência, menor é o acesso.

Essa situação é reflexo de um desvio das funções da esfera pública, cuja função primordial, segundo Oliveira (1994, p.23), é

criar medidas que visem garantir as diferentes necessidades de reprodução social em todos os sentidos, envolvendo desenvolvimento científico e tecnológico, defesa nacional, luta contra a AIDS etc., que não podem depender da auto-capacidade de nenhum capital em especial.

A construção da esfera pública pressupõe novas formas de relacionamento entre as classes, visando a compatibilização de interesses divergentes.

Na efetiva implantação do Sistema Único de Saúde - SUS, além dos escassos recursos orçamentários destinados², se interpõem os interesses econômicos das classes dominantes, vinculados às indústrias de equipamentos médicos e complementares; às indústrias farmacêuticas e de insumos; à medicina de grupo; aos profissionais liberais que exercem sua atividade cobrando quantias extorsivas, e ao corporativismo dos mais diferentes grupos, com interesses materiais e econômicos específicos, incompatíveis com as necessidades públicas de atendimento e com os benefícios sociais necessários à reprodução da força do trabalho em condições dignas.

Acresce-se, ainda que, os recursos federais destinados à saúde são provenientes da Seguridade Social, representando apenas 22,3% do total (Projeto de Lei número 26, da Câmara dos Deputados), apesar da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1991 estabelecer que a área da saúde deveria receber 30% dos recursos da Seguridade Social, excluído o seguro desemprego. Esses recursos tem diminuído, também em face dos elevados índices de sonegação por parte das empresas, acentuando as disparidades sociais na medida que aumentam os encargos sociais para o lado dos mais fracos, ou seja, dos assalariados que dificilmente conseguem sonegar impostos.

Segundo dados do Banco Mundial de 1990, o Brasil teve um gasto per/capita com saúde da ordem de US\$132, o que representa aproximadamente, 4% do PIB, enquanto que os dispêndios per/capita com saúde nos EUA e na França foram de US\$2.763 e de US\$1869 o que corresponde respectivamente, a 12,7% e a 8,9% do PIB daqueles países. Ressalte-se que a iniciativa privada contribuiu com 1/3 dos gastos brasileiros, sendo que mais da metade ficou a cargo do governo federal e aproximadamente 12% a cargo de todos os estados e municípios brasileiros.

² Em torno de 2,5% do PIB (1993), enquanto que nas economias capitalistas desenvolvidas os gastos públicos situam-se em torno de 5,6% (Médici, 1994).

Além da precariedade de recursos do setor da saúde, o modelo médico-sanitário adotado no Brasil, calcado na medicina curativa e em intervenções hospitalares, em detrimento de ações básicas e primárias de atenção à saúde e de prevenção, tem contribuído para o agravamento da crise no setor.

Do total de gastos públicos do INAMPS em 1991, mais de um terço foi gasto com internações hospitalares (36,4%), sendo que o montante destinado ao atendimento ambulatorial corresponde a 26% (Oliveira, 1993). Essa proporção aumentou ainda mais, pois, segundo dados do DataSUS, os recursos do Ministério da Saúde dispendidos em maio de 1998, destinados ao atendimento ambulatorial, foram da ordem de 39,7%, enquanto que, para internações hospitalares, corresponderam a 45,9% do total.

Ressalte-se que grande parte dos procedimentos hospitalares e aqueles mais complexos que envolvem equipamentos de alta tecnologia e maiores custos, não são próprios do Estado, mas pertencentes à iniciativa privada e destinados para o uso público somente mediante convênio. Apenas 18,8% das Autorizações de Internação Hospitalar-AIH do país em 1991, segundo Oliveira Júnior (1993), foram para o setor público.

A precariedade do controle popular no sistema de saúde e o baixo nível de consciência da população usuária em relação a seus direitos permitem ainda o privilegiamento e a seleção de clientela nos hospitais e demais serviços de saúde; a cobrança freqüente de adicionais, sob a justificativa dos baixos salários do sistema público; o desvio de pacientes para a área particular ou para o atendimento através de convênios; e a utilização de procedimentos mais complexos e de altos custos pelo SUS, apenas para as camadas mais favorecidas, uma vez que grande parte dos médicos, 2/3, tem dois tipos de emprego (assalariados no serviço público e trabalho autônomo) e, evidentemente, possibilitam todas as facilidades para aqueles que lhe dão algum retorno financeiro (Campos, 1992).

Diante da complexidade de demandas e da necessidade de incorporação de novas tecnologias, é fundamental ter critérios e ter clara a relação entre interesses públicos e privados na definição de estratégias

setoriais, nas quais deve-se buscar benefícios sociais concretos para uma maioria e não o privilegiamento de alguns profissionais ou de alguns setores sociais, como tem acontecido.

Além de todos os limites já apontados, cabe destacar a necessidade de se investir nos recursos humanos do setor, que, em sua maioria, não têm nenhum compromisso com um atendimento de qualidade, principalmente no setor público. Para muitos, os pacientes são vistos como indigentes e, portanto, dependentes, para o atendimento de sua saúde, da boa vontade das autoridades locais, das instituições de saúde e de seus profissionais, e não considerados como sujeitos que têm direito ao atendimento em todos os níveis de complexidade. Apesar de a grande maioria dos profissionais constituir-se de trabalhadores assalariados e de auferir baixos rendimentos, nas mais diversas posições da estrutura funcional dos serviços públicos de saúde, ela tende a assumir os valores e a ideologia das classes dominantes, exercitando, sempre que possível, os seus micropoderes e sua autoridade, decorrente de um sistema profundamente hierarquizado e discriminatório (Campos, 1992).

As funções que exigem melhor qualificação são geralmente ocupadas por pessoas pouco identificadas com os interesses e as necessidades das classes populares, sendo, muitas vezes, coniventes com os desvios, distorções, arbitrariedades e fraudes do serviço público, em benefício de motivos econômicos particulares ou de ascensão social.

É importante destacar que o surgimento da AIDS criou necessidades adicionais para o Sistema Público de Saúde - SUS . A elaboração de políticas públicas e estruturação de serviços específicos dela decorrentes; as mudanças necessárias no atendimento médico-assistencial; a destinação de recursos financeiros, materiais e humanos para fazer face à epidemia, se inserem nesse quadro de referência mais amplo, em que estão presentes todas essas fragilidades e contradições do sistema.

Papel das ONGs diante da AIDS

No Brasil, diante da precariedade de recursos e da morosidade das ações do setor público para fazer face à epidemia de AIDS, as

Organizações Não Governamentais - ONGs, desempenharam e continuam desempenhando um papel fundamental.

Segundo Altman (1995), a discriminação a que os vários grupos atingidos pela AIDS estiveram sujeitos, aliada à falta de resposta adequada por parte do Estado e especificamente pelo sistema de saúde, provocou reações comunitárias diversas, muitas vezes para tentar suprir as falhas e a omissão do próprio Estado. A estigmatização desses grupos (especialmente *gays*, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis) provocou o desenvolvimento de organizações, inicialmente para atender às suas necessidades específicas, ampliando posteriormente sua atuação para os demais portadores atingidos.

Essas organizações tiveram um papel significativo ao construir um sentido de comunidade e de solidariedade e, na América Latina, verifica-se que as organizações não governamentais de atendimento a portadores do vírus da AIDS surgiram de uma vinculação estreita com as comunidades mais diretamente afetadas e, em sua maioria, fundamentaram-se no conceito de sociedade civil e na necessidade de fortalecê-la nas suas diversas formas de organização e de representação.

Diante da discriminação social a que estavam sujeitos, os vários grupos e as diversas ONGs emergentes se estruturaram sob a ótica dos direitos humanos, cujos direitos básicos compreendem duas vertentes:

a) proteção contra a discriminação, exemplificada pela proibição de realização de testes compulsórios em exames de admissão em empresas ou em qualquer outro local; pela garantia da confidencialidade em relação à condição de soropositivo ou doente de AIDS, e o direito a participar nos diferentes locais públicos e a ser atendido em condições de igualdade nos serviços de saúde, educação e outros;

b) garantia de acesso especialmente aos serviços públicos de saúde, nos vários níveis de atenção, bem como o direito ao acesso às informações, aos serviços de apoio e de cuidados específicos ou não, com tratamento igualitário.

Paralelamente ao reconhecimento do papel que as ONGs têm desempenhado no enfrentamento da epidemia, criando alternativas de

atendimento às mais variadas necessidades específicas dela decorrentes, Altman ressalta o desvio que a atuação das ONGs pode representar. Além de desenvolver ações que venham ao encontro dos interesses dos portadores por elas atendidos, a atuação dessas organizações solidárias e independentes, pode significar alternativa para o Estado, que se desobriga de realizar intervenções diretas mais onerosas, as quais são repassadas para as ONGs com baixo custo, pois são fundadas, em sua maioria, no trabalho voluntário e nas diversas formas de contribuição de setores da sociedade. Apesar de toda boa vontade, o pessoal das entidades nem sempre está preparado profissionalmente para os desafios que o trabalho com pessoas com AIDS ou com a prevenção da doença pode suscitar.

Trabalhar com a AIDS significa trazer à tona questões do comportamento humano que a ordem vigente e os bons costumes pretendem ignorar, como a prostituição; o abuso sexual de crianças; o homossexualismo; a drogadição; a permissividade sexual; a violência e a desigualdade nas relações afetivas entre os pares; a discriminação e desigualdade social.

Destaca-se o papel inquestionável e subversivo desempenhado pelas ONGs. e diversas organizações comunitárias, no desvendamento destas questões. Enfrentá-las no entanto, dada a sua grande complexidade social, pressupõe respostas profissionais específicas, serviços de suporte e de retaguarda para seu encaminhamento e tratamento adequados, cuja execução e acompanhamento consistem fundamentalmente em responsabilidade e obrigatoriedade do Estado, o qual não pode prescindir do trabalho de profissionais especializados (Altman, 1995).

Também Parker (1994) salienta que, diante da inexistência de resposta governamental mais efetiva, o ativismo e a mobilização política contra a AIDS, por parte das organizações da sociedade civil, são extremamente importantes, apesar dos limites que a atuação das ONGs pode representar. No Brasil, no período de 1985 a 1991, surgiram mais de 100 ONGs voltadas para o apoio a portadores do vírus da AIDS, as quais tiveram papel fundamental na educação sobre a doença, na defesa das liberdades civis e fortalecimento da assistência básica e tratamento às pessoas portadoras ou doentes.

Parker estabelece, no entanto, a grosso modo, distinção entre dois tipos de ONGs: aquelas que se situam numa categoria mais assistencial, prestando serviços de assistência direta e de apoio ao portador e familiares, e aquelas que se organizam em torno de um caráter mais político e que, embora prestem algum tipo de serviço, voltam-se para a reivindicação de direitos sociais básicos e têm como um de seus objetivos prioritários o controle da elaboração e execução das políticas públicas.

Segundo Silva (1998), diferente dos demais movimentos sociais que se organizam fundamentados em reivindicações coletivas e cujas lideranças já contavam com um acúmulo de participação política anterior, essas ONGs surgem da nucleação de indivíduos acometidos diretamente pela soropositividade do HIV ou pela doença AIDS. Destaque-se que, para a maioria desses indivíduos, a AIDS aparece num contexto de vida permeado de desigualdades sociais, em que os direitos sociais e civis já não estavam sendo garantidos.

As consequências que a AIDS desencadeia, em vários níveis da dinâmica pessoal e social, faz com que, posteriormente, incorporem-se a esses grupos diferentes atores sociais. Movidos pela solidariedade e em busca da cura da AIDS mobilizam-se, juntamente com os portadores e doentes, grupos de apoio, instituições sociais, profissionais de saúde ou de institutos de pesquisa, indivíduos participantes em diferentes esferas de governo, representantes da sociedade civil e instituições governamentais.

Em defesa do direito ao acesso aos serviços de saúde e a tratamento adequado, esses movimentos exercem pressão para a estruturação dos serviços de saúde e especialmente do SUS, para o desenvolvimento de pesquisas científicas e para uma nova forma de relacionamento médico paciente. A discussão sobre as descobertas científicas e sobre os protocolos de atendimento são introduzidas e articuladas na consulta ao paciente portador do HIV/AIDS. Ao mesmo tempo, esses movimentos incorporam em suas lutas o direito ao trabalho, à convivência social e aos demais direitos civis.

Destaque-se ainda que o surgimento das ONGs/AIDS, concomitante e articulado com a estruturação governamental de uma

Coordenação Nacional, destinada à organização e elaboração de serviços específicos de luta contra a AIDS, imprimiram a esses movimentos características distintas em relação aos demais movimentos sociais.

Essa articulação, se por um lado provocou avanços no controle da epidemia, por outro possibilitou que houvesse cooptação por parte do Estado ou mesmo dependência de algumas lideranças dessas organizações e de grupos de solidariedade aos doentes de AIDS, oriundos da sociedade civil. Essa dependência diz respeito às orientações, às diretrizes de atuação e ao financiamento de suas ações, fornecidos pelo Estado.

Ainda segundo Silva (1998,p.134), as diversas ONGs voltadas ao atendimento dos portadores e doentes.

criam diferentes matrizes de solidariedade que surgem apesar do Estado, além do Estado e com o Estado. Oferecem respostas aos preconceitos e às discriminações quando contribuem para reforçar a auto-estima das pessoas e se esforçam por manter e/ou criar o reconhecimento dos direitos de cidadania das pessoas que estão vivendo com HIV e AIDS.

No Brasil destacam-se dentre essas ONGs o GAPA - Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (1985); a ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (1986) e Grupo Pela Vidda – Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS (1989).

Especialmente a ABIA e o Grupo Pela Vidda dão ênfase para a importância de participação nos movimentos de solidariedade à AIDS e na definição das políticas públicas, abandonando a postura de vitimização e de passividade que vinham caracterizando certos grupos de portadores do HIV.

Para essas ONGs, a denúncia à morte civil e à ausência de cidadania é acompanhada de um processo de valorização do indivíduo e de sua inserção na vida coletiva, enfatizando-se o respeito aos direitos humanos, que extrapolam o direito ao acesso aos serviços e ao tratamento de saúde.

Essas concepções estão expressas na Carta de Princípios do Grupo Pela Vidda , redigida por Herbert Daniel:

Os direitos humanos referem-se aos indivíduos em sociedade, logo, à liberdade de expressão, às oportunidades iguais e ao sentido de solidariedade social... À liberdade de falar ou não sobre a sua soropositividade; às oportunidades para manter sua melhor qualidade de vida, o exercício da sua função no seu ambiente de trabalho e o acesso aos cuidados necessários à sua saúde – informações adequadas, tratamentos e medicamentos; e à solidariedade dos indivíduos ou dos grupos com os quais se relacionam e que podem contribuir para seu bem estar físico e mental (Silva,1998, p.135-6).

Nem todos os grupos e ONGs têm esse caráter. Surge também, em decorrência da AIDS outro tipo de organização que se configura como grupo de apoio. Prestam serviços assistenciais, na tentativa de suprir a inexistência ou insuficiência de serviços, cuja atribuição seria do Estado.

Conclusão

Diante de uma estrutura socioeconômica calcada nas desigualdades, os estratos sociais de mais baixo poder aquisitivo têm sido mais direta e intensamente atingidos pela epidemia AIDS. Os problemas desencadeados pela doença são complexos e têm gerado atribuições e responsabilidades adicionais ao SUS, que já apresentava fragilidades em sua estrutura para atender as demandas de saúde já reprimidas desses segmentos sociais.

A precariedade do sistema tem provocado o surgimento de mecanismos e formas de organização da sociedade civil com vistas a apoiar os portadores de AIDS e a encaminhar reivindicações que garantam o cumprimento de seus direitos. Essas ONGs apresentam, entretanto, características distintas de outros movimentos sociais. Algumas até mesmo distanciam-se do caráter reivindicativo e de alguma maneira

assumem funções que seriam de responsabilidade do Estado.

As perspectivas de enfrentamento da epidemia envolvem a necessidade de um redirecionamento dos investimentos e das prioridades sociais. As possibilidades de tratamento e de sobrevivência dos portadores do HIV dependem da garantia de acesso aos profissionais e serviços da rede pública de saúde e aos demais serviços e benefícios sociais, os quais vêm passando por transformações profundas decorrentes do questionamento do Estado de Bem Estar Social.

Referências Bibliográficas

- ALTMAN, D. O Surgimento de uma resposta não governamental à AIDS. In: *Poder e comunidade: respostas organizacionais e culturais à AIDS*, Rio de Janeiro, Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1995 (História Social da AIDS n.5).
- BANCO MUNDIAL *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1993: investindo em saúde*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- BERER, M. *Mulheres e HIV/AIDS*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.
- BRASIL. Lei Federal número 8.080, set.1990. Lei Orgânica da Saúde. *Diário Oficial*, Brasília.
- BRASIL. Lei Federal número 8.142, dez.1990. Lei Orgânica da Saúde. *Diário Oficial*, Brasília.
- CAMPOS, G. W. de S. *Reforma da reforma: repensando a saúde*. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- MANN, J. et al. A AIDS no mundo. Rio de Janeiro, Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1993 (História Social da AIDS n. 1).
- MARQUES, M. B. A medicina e o novo paradigma tecnológico. *Revista Saúde em Debate*, número 34, mar. 1992.
- MÉDICI, A. C. & MARQUES, R. M. Saúde entre gastos e resultados. *Boletim de Conjuntura Política e Social*, AdSaúde, p.41-3, 1994.

- MELAMED, C. e RIBEIRO, J. M. Financiamento em saúde no Brasil (1988-1992): novos problemas e proposições. *Saúde em Debate*, CEBES, n. 41, 1993.
- OLIVEIRA JÚNIOR, M. Problemas atuais e propostas para a revisão da política de financiamento do sistema único de saúde no Brasil. *Saúde em Debate*, CEBES, n. 38, 1993.
- OLIVEIRA, F. de. Políticas sociais: das carências ao direito do cidadão. *Boletim de Conjuntura Política e Social*, AdSaúde, 1994.
- PARKER, R. A construção da solidariedade: AIDS, sexualidade, e política no Brasil. Rio de Janeiro, Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1993 (História Social da AIDS n. 3).
- PELIANO, A. M. M. & BEGHIN, N. A nova experiência brasileira no combate à fome e à miséria. *Saúde em Debate*, n. 40, 1993.
- PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/1998. *Folha de São Paulo*, 19 set. 1998.
- SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Dados, SEADE, 1993.
- SILVA, C. L. C. ONGs/AIDS: Intervenções sociais e novos laços de solidariedade social. *Cadernos de Saúde Pública*. (Rio de Janeiro), 14 (sup.2), 1998.

DA EXCLUSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS À CONQUISTA DA CIDADANIA - BRASIL 1964 - 1987*

Natalia Aparecida Morato FERNANDES* *

RESUMO: Durante o regime militar, o poder Legislativo, especialmente o Congresso Nacional, sofreu mudanças significativas em suas funções. Sendo suprimida sua prerrogativa de legislar, no período de 64/68, torna-se fiscalizador dos atos do Executivo, função que após a decretação do AI 5 também fica impedido de exercer. Após 1969, o Legislativo passa a existir apenas para justificar os atos do Executivo. Nesse processo de exclusão dos direitos políticos, a construção da cidadania se dá por meio dos movimentos sociais, nos quais os setores populares lutam por constituir-se como sujeito sócio-político.

PALAVRAS-CHAVE: Regime militar; Congresso Nacional; direitos políticos; cidadania; setores populares. -

Introdução

O início dos anos 60, no Brasil, foi marcado por grande agitação político-cultural, em que partidos e movimentos de esquerda ocupavam papel de destaque. Preocupados com os espaços conquistados pela esquerda, setores da burguesia agrária, comercial e industrial, além de políticos ligados a eles, apoiaram os militares no golpe de Estado que submeteu o país a 20 de ditadura.

Ao assumirem o governo, os militares apresentaram como seus objetivos:

* Este texto foi apresentado, inicialmente, como trabalho de conclusão do curso Políticas Públicas e Cidadania, ministrado pela Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

** Aluna de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciência e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP, sob orientação da Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

a racionalização econômica, a retomada ordenada do desenvolvimento industrial, a modernização agrícola, o saneamento financeiro, a reforma e reestabelecimento da moralidade administrativa, a promoção enfim de uma sociedade capitalista moderna, tudo isso emoldurado por instituições políticas estáveis e socialmente sãs. (Santos, 1985, p.231)

No entanto, o programa político-econômico implementado pelo novo governo deu origem a um processo de “modernização conservadora”, caracterizado por grandes investimentos no setor tecnológico-industrial e severa repressão às manifestações políticas, sociais e culturais.

Logo após o golpe, uma onda repressiva atingiu os movimentos politicamente organizados, como partidos políticos, sindicatos, movimento estudantil e outros. No poder Legislativo, especialmente no Congresso Nacional, apesar de não ter sido fechado, foram acontecendo, gradativamente, mudanças significativas nas suas funções. Em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional nº 5, caracterizando “um golpe dentro do golpe”. A partir daí, a repressão se intensificou brutalmente: os direitos políticos foram suprimidos e a oposição ao regime passava a ser feita pela luta armada.

Diante desse panorama, pretendemos investigar – ainda que de forma bastante sumária – o processo de exclusão dos direitos políticos dos cidadãos brasileiros, principalmente em relação à representação parlamentar no Congresso Nacional, que tem seus poderes limitados ao longo do regime militar. Pretendemos investigar também, na transição para a democracia, o embate entre as forças políticas da sociedade para a construção de um regime democrático em que os setores populares lutam por constituir-se como sujeitos sócio-políticos.

Congresso Nacional durante o regime militar

As principais transformações ocorridas no Congresso no período 64-68 foram a submissão do Legislativo ao Executivo (para que, bem ou mal, o Executivo fosse mantido em funcionamento), a

institucionalização do Decreto-Lei, a aprovação dos projetos propostos pelo governo caso não fossem votados em prazo estabelecido e a impossibilidade de emenda parlamentar às proposições do Executivo. Essas transformações foram normatizadas pela Constituição de 1967.

A justificativa para a centralização do poder foi a de que, naquele momento, o país precisava de um governo forte para garantir o desenvolvimento econômico e se restabelecer como Nação, para retomar sua vida democrática sem os problemas de então.

Sem a prerrogativa de legislar, restava ao Legislativo a função de fiscalizador dos atos do Executivo, o que poderia ser feito por meio de três métodos: comissões de inquérito, pedidos de informação e depoimentos por partes de membros dos Ministérios.

Paralelamente à fiscalização do Executivo no período 64-68, também crescia a insatisfação parlamentar com o regime. Quando Costa e Silva assumiu o governo, existia um clima geral de otimismo, de possibilidade de abertura. Esse clima gerou reivindicações e pressões ao governo, para que ele fizesse uma revisão das “regras do jogo” e pusesse fim aos esquemas autoritários. No Legislativo, esse otimismo provocou o revigoração da atuação parlamentar. Os políticos passaram a reivindicar a “a ampliação do poder do Congresso, sua participação no processo de decisão e o anistiamiento dos líderes punidos, possibilitando, assim, a reconstrução de um modelo político liberal” (Abranches, 1973, p.132). A reivindicação de revisão das “regras do jogo” pelos parlamentares dizia respeito não apenas à legislação castelista, mas também à necessidade de redefinir o papel do Congresso no sistema político vigente.

Esse descontentamento com o regime, entre os parlamentares emedebistas e arenistas (salvo exceções em ambos partidos, principalmente do ARENA), levou-os a unirem-se em oposição ao governo, tendo os seguintes pontos principais de convergência entre eles: 1) Oposição à política econômico-financeira, 2) Oposição à Doutrina de Segurança Nacional, 3) Oposição ao sistema de poder (exigência de reimplantação das eleições diretas, da recuperação da autonomia e da competência do Legislativo, da coibição do poder do presidente da

República em legislar por decreto-lei etc.) e 4) Antiautoritarismo (com relação a anistia dos presos político) (Abranches, 1973).

A oposição de tal grupo parlamentar ao governo ameaça o regime. A intervenção no Legislativo veio com a votação contrária à quebra da imunidade parlamentar do deputado Márcio Moreira Alves. Não que o governo necessitasse da autorização do Congresso para punir quem considerasse “subversivo”, mas

diante de tal atitude do Legislativo, o Executivo, apoiado no alto comando militar, decretou o Ato Institucional nº 5, que constituir-se-ia no mecanismo eficaz para solucionar, definitivamente, os problemas mais sérios da instabilidade política do país. (Abranches, 1973, p.148)

No ano de 1969, o Congresso foi mantido em recesso quase o ano todo. Após o recesso, em 1970-71, o Congresso se apresenta em nova versão, quase totalmente adaptado às “regras do jogo”, abstendo-se de legislar e de fiscalizar para não criar novos confrontos com o Executivo.

A depuração por que passou o Congresso reduziu consideravelmente a representação oposicionista através da cassação de seus parlamentares. O Legislativo, a partir de 1969, passa a existir para atender às necessidades do Executivo.

Essas considerações sobre o Legislativo fazem-se necessárias porque, à medida em que os movimentos sociais são colocados na ilegalidade, o Congresso figura como órgão máximo do debate dos diferentes interesses político-sociais. Em outras palavras, excluído o debate direto entre os setores da sociedade e o governo, o Congresso aparece como instância formal desse debate, sendo ele representante desses diversos setores sociais e responsável pela mediação entre eles e o governo. Porém, a constante ameaça de fechamento do Congresso (principalmente depois do AI 5) colocou como principal preocupação dos parlamentares evitar confrontos com o Executivo, zelando pela própria integridade física dos parlamentares e pela atividade, ainda que

limitada, daquela casa.

Entretanto, no governo Geisel tem início uma política de abertura “lenta, gradual e segura”, que seria o início da transição para a democracia, tutelada pelos militares.

A transição para a democracia

Antes de abordarmos a questão da transição do regime militar para a democracia no Brasil, faremos algumas considerações sobre alguns elementos envolvidos nesse processo. Para isso, utilizamos como referencial teórico a análise de O’Donnell sobre os regimes autoritários na América Latina.

O modelo proposto por O’Donnell, de transição do regime autoritário (burocrático institucional) para a democracia, acontece em dois estágios: A primeira transição seria a passagem do regime autoritário para um governo democrático. A segunda transição seria a passagem do governo democrático para um regime democrático.

Essa transição não é clara nem segura, ou seja, está constantemente ameaçada por uma regressão ao autoritarismo. Por isso, a segunda transição deve fundamentar-se no anti-autoritarismo, no fortalecimento dos valores democráticos. Os atores democráticos devem ir criando um rico tecido de instituições – Construção Institucional Representativa – fundamental para a democracia.

a única maneira de avançar no processo de construção democrática é praticando a democracia no campo político e – pelo menos – combatendo em todos os lugares da sociedade os padrões despóticos de autoridade. (O’Donnell, 1988a, p.45)

Na transição do governo democrático para o regime democrático, os atores políticos devem tomar cuidado com as diferenças ideológico-partidárias (que são saudáveis à democracia) para não voltarem ao autoritarismo, isto é, apesar de suas diferenças, devem ter consciência de seu inimigo comum: o autoritarismo. Para afastar essa ameaça, são feitos os pactos de coalizão entre os atores democráticos, em que todos

fazem concessões para alcançar um objetivo comum.

O'Donnell destaca ainda a importância das lideranças políticas nesse processo de consolidação do regime democrático:

também são importantes os atores democráticos situados em diversas organizações da sociedade. Mas são os políticos que devem tomar as decisões mais importantes – muito especialmente, dentro ou fora do governo, a de construir e fortalecer as instituições próprias da democracia – para o destino da segunda transição. (O'Donnell, 1988 a, p. 49)

Passando propriamente ao estudo dos regimes autoritários da América Latina, O'Donnell funda sua argumentação numa análise comparativa e classifica-os em duas categorias: regimes autoritários economicamente destrutivos e altamente repressivos (Argentina, Uruguai e Chile); e regimes autoritários relativamente bem sucedidos economicamente e de repressão “menos extensa e sistemática”. Segundo essa análise, o Brasil pertence à segunda categoria.

Teoricamente, essa “melhor” situação econômica do Brasil e a “baixa repressividade do regime burocrático-autoritário precedente” (O'Donnell, 1988a, p. 56), seriam fatores favoráveis ao processo de consolidação democrática em relação aos países que tiveram a sua economia desestruturada e a sociedade com marcas mais profundas da repressão que sofreu. Entretanto, essa situação do caso brasileiro pode ter levado a população a uma postura antiautoritária mais flexível, que pode colocar em risco o processo democrático, sob a ameaça de uma regressão ao autoritarismo. A lembrança da repressividade do regime anterior fica por mais tempo entre as populações que foram mais castigadas pelo autoritarismo.

Outra especificidade do caso brasileiro é o da continuidade dos representantes políticos do regime autoritário. Nos regimes autoritários economicamente destrutivos e altamente repressivos, esse pessoal fica fora do jogo no período democrático. Essa continuidade pode gerar problemas de identificação dos atores democráticos e, de certa forma,

aumentar a flexibilidade anti-autoritária da população. Entre os políticos que atuavam no regime anterior, parece não haver grandes preocupações com uma regressão ao autoritarismo, pois este “não suprimirá seu papel nem alterará fundamentalmente a forma em que fazem política” (O’Donnell, 1988^a, p.62).

Neste ponto da argumentação, O’Donnell passa a defender um sistema político em que o governo esteja sujeito às leis e não “acima” delas, tornando-se, dessa forma, um “servidor da cidadania”, um representante dos interesses públicos e não de seus interesses particulares ou de grupo, como acontece na política clientelista/patrimonialista predominante no cenário político brasileiro. O sistema político defendido por ele é a República, baseada nos ideais da democracia política, que pressupõem a obrigação do governante prestar conta de seus atos aos cidadãos para que estes tenham a oportunidade de expressar seu apoio ou recusa por meio de eleições limpas e competitivas.

A dimensão republicana é indispensável para a efetiva garantia dos direitos da democracia política: sem ela esses direitos podem existir de fato, porém estarão constantemente ameaçados por um poder não republicano – isto é, por um poder que não se concebe a si mesmo como sujeito à lei. (O’Donnell, 1988a, p. 65)

A construção da cidadania

Da análise das condições políticas, fazemos uma ponte às condições sociais do processo democratizante, pois para alcançarmos realmente um “regime democrático”, torna-se indispensável a construção de instituições políticas que garantam a participação dos vários segmentos sociais. Vejamos como foi esse embate político, ou seja, o processo democratizante, na sociedade brasileira que, como dissemos anteriormente, passava por uma transição tutelada pelos militares.

Utilizando ainda a análise comparativa entre os regimes autoritários da América Latina e as categorias idealizadas por O’Donnell, partimos da pressuposta vantagem econômica brasileira e a continuidade

de atores políticos do regime precedente no período de transição, para analisar a participação dos diversos setores da sociedade no processo democratizante.

A primeira constatação “é a das imensas desigualdades brasileiras e, ao lado destas, a das arcaicas e repressivas relações sociais sobre as quais se apóia a burguesia, num sentido mais geral, o sistema de dominação social” (O’Donnell, 1988b, p.73). Em outras palavras, o desenvolvimento econômico alcançado pela burguesia brasileira, especialmente durante os anos de regime militar, foi baseado na restrição de direitos trabalhistas, isto é, reprimindo as camadas sociais mais baixas com uma legislação retrógrada e exercendo enorme controle sobre os sindicatos, o Estado garantia à burguesia as condições de reprodução do capital, assegurando mão-de-obra de baixo custo e “disciplinada”.

Esse acordo de apoio mútuo entre burguesia e militares dificultou a organização dos setores populares e, conseqüentemente, a sua constituição como sujeito sócio-político.

Mesmo durante o período de transição (tanto do primeiro quanto do segundo) essas conquistas foram lentas e à custa de lutas e pressões dos setores populares - “... que terminaram convencendo a burguesia e/ou os governos, da conveniência (ou da necessidade, para preservar o sistema de dominação social) de convalidar esses avanços democratizantes” (O’Donnell, 1988b, p. 75) - como tem acontecido na maioria das sociedades capitalistas.

As reivindicações dos setores populares não passavam apenas pelos direitos trabalhistas (greves de 1978/79) mas, principalmente pelos direitos democráticos (Diretas Já) que levaram à construção da cidadania. Como já dissemos, essas lutas não foram fáceis; a conquista da cidadania dos trabalhadores foi feita por meio dos sindicatos, que foram ganhando espaço como representantes sociais, transformando-se em partido político, como foi o caso do PT, mas despertando também em outros partidos a necessidade de tratar mais atentamente as questões sociais.

Uma sociedade que carrega a pesada herança da escravidão, e na qual a burguesia não foi submetida à

experiência civilizadora de ter de se defrontar com sua contraparte de classe, tem enormes dificuldades em todos os planos – inclusive o político – para reconhecer e institucionalizar a diversidade dos outros. (O'Donnell, 1988b, p.78)

A partir dessa afirmação, podemos perceber a dificuldade da burguesia em reconhecer os setores populares como sujeitos sócio-políticos com quem teria que negociar. Isto é, uma classe que sempre se apoiou no autoritarismo burocrático-institucional tem dificuldade em reconhecer as demandas sociais e tendem a considerá-las “subversivas”, tornando as negociações mais tensas, pois acabam gerando a radicalização de seu interlocutor. Deduzimos daí a dificuldade de uma “Construção Institucional Representativa” tão importante para a consolidação da Democracia.

como em poucos países, no Brasil a tarefa de construir a democracia política inclui a de lograr graus razoáveis de modernização e democratização de certas relações sociais (a começar pelas de trabalho) e a um papel de Estado (começando pela políticas sociais) consistente com esses avanços. A meta seria ir conseguindo condições que permitam, muito mais plena e livremente que hoje, o surgimento, expressão e representação institucionalizada de atividades e interesses do setor popular. (O'Donnell, 1988b, p. 84)

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, S.H. *O processo legislativo: conflito e conciliação na política brasileira*. Brasília: 1973. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília.

O'DONNELL, G. Transições, continuidades e alguns paradoxos. In:

REIS, F.W. , O'DONNELL, G. (Org.) *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988a.

O'DONNELL, G. Hiatos, instituições e perspectivas democráticas. In: REIS, F.W. , O'DONNELL, G. (Org.) *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988b.

SANTOS, W. G. A pós 'revolução' brasileira. In: JAGUARIBE, H. *Brasil: sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editor, 1985.

Bibliografia Consultada

CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência*. Aspectos da cultura popular no Brasil. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MENDES, C. O congresso brasileiro pós-64: um legislativo para a tecnocracia? In: MENDES, C. (Org.) *O Legislativo e a Tecnocracia*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

AS ELEIÇÕES COMO ESTRATÉGIAS PARA A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1985/1994): RUPTURA OU CONTINUIDADE

Raiane Patrícia Severino*

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar o processo de transição e consolidação democrática (1985/1994), partindo de duas premissas básicas da história política do Brasil: ausência de rupturas nas mudanças político-institucionais e a fragilidade das instituições democráticas. Como categoria analítica utilizamos a via eleitoral, elemento que nos permitiu conceituar o fenômeno de “transição pela transação”.

PALAVRAS-CHAVE: Transição, Democratização, Instituições, Alianças Partidárias e Eleições.

Introdução

A institucionalização do regime democrático foi um dos aspectos caracterizadores da transição política brasileira. As estratégias utilizadas pelo regime autoritário para processar o novo regime foram elementos fundamentais.

Este artigo tem o intuito de demonstrar como a variável eleição constituiu elemento importante para explicar o processo de abertura e transição democrática, ocorrido a partir de 1985, e ainda como os aspectos institucionais e políticos se entrelaçam para a compreensão desse fenômeno.

A primeira parte do artigo focaliza a transição democrática

* Aluna do Programa de Mestrado em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14.800-901 – Araraquara – SP e bolsista CNPq. Este artigo originou-se da pesquisa para obtenção do título de mestre, desenvolvida sob orientação da Prof^a Maria Teresa Miceli Kerbauy, intitulada “Alianças Políticas e Sistema Partidário Brasileiro: transição e consolidação da Nova República (1985-94).

ocorrida do Brasil através do enfoque eleitoral, utilizando o conceito de “transição pela transação” desenvolvido por Share & Mainwaring (1986:207).

A conjuntura histórica das estratégias e ações políticas, desenvolvidas para produzir resultados eleitorais, que permitiram a sobreposição do regime autoritário ao democrático, compõe a segunda parte deste artigo.

Estratégias eleitorais como mecanismo da transição brasileira

Trata-se na verdade de um *calculus* da descompressão, vale dizer de um modelo interativo no qual os diversos atores, sejam quais forem suas ideologias, calculam os custos do status quo e de soluções alternativas. Nesta ótica, os aludidos mecanismos eleitorais e competitivos podem apresentar-se até mesmo a atores políticos francamente iliberais, até mesmo aos militares da “linha-dura”, como uma acomodação racional diante de situações de alta incerteza e, em particular, diante da percepção de que outras alternativas ... podem acarretar riscos ainda maiores.

Uma Segunda hipótese geral é que o processo da descompressão produz seus próprios efeitos. Eleições competitivas podem exercer efeitos liberalizantes mesmo dentro de sistemas políticos não competitivos. A existência de um calendário eleitoral com um mínimo de credibilidade constitui por si só uma pressão nesse sentido. (Lamonier, 1988, p. 96)

Os mecanismos eleitorais e representativos foram elementos desencadeadores do processo de democratização. No entanto, o surgimento desses mecanismos advém da forma como o governo autoritário planejou o desenvolvimento da agenda política e do comportamento da oposição, que se dispôs a participar do jogo como

foi formulado. A análise dos dados conjunturais da transição democrática brasileira permite-nos utilizar o conceito de “transição pela transação”.

A denominação “transição pela transação” refere-se a casos em que o regime autoritário inicia a transição, fixa alguns limites para a mudança política e permanece como uma força eleitoral relativamente importante durante a transição. A noção de “transação” sugere negociação (normalmente implícita) entre as elites do regime autoritário e da oposição democrática. (Share & Mainwaring, 1986:207)

A “transição pela transição” para a democracia implica a atuação das elites autoritárias no processo das reformas a serem implantadas, garantindo a um só tempo, tanto a permanência dessa elite do controle político como a anuência aos pedidos da oposição, o que caracteriza uma democratização gradual. Para este tipo de transição exige-se equilíbrio entre as forças do regime e a oposição.

Segundo Przeworki (1989), o termo *transição* sugere que esses são processos, uma vez iniciados, caminham para frente ou para trás e jamais ficam estáticos. Quanto à consolidação, só ocorre quando, em termos abstratos, a incerteza se institucionaliza: os resultados do processo político não podem ser definidos de forma preestabelecida, no entanto, esse processo deve ocorrer dentro de limites previsíveis. Se há tensão entre o Estado de direito e o processo político é porque não há ainda um regime democrático, mas uma situação democrática; é o que torna incerto o desfecho da transição. Onde há pactos de convivência entre políticos e tutela militar, ou seja, uma conjuntura em que o potencial repressivo autônomo coexiste com um sistema democrático parcialmente representativo, ocorre um bloqueio da democracia.

A transição compõe-se por conjunturas típicas. Iniciada pelo projeto de liberalização, objetiva aliviar a tensão ampliando a base social do regime, o que permite alguma organização autônoma da sociedade civil e incorpora novos grupos nas instituições autoritárias existentes.

O desencadeamento da democratização brasileira realizou-se através de uma via eleitoral com sistema partidário aparentemente distinto do que existia anteriormente. Através dessa estratégia, as lideranças autoritárias contaram com apoio significativo da população, somado ao favorecimento que as leis eleitorais permitiram às elites autoritárias na disputa eleitoral.

A possibilidade de os atores políticos do regime autoritário competirem nas eleições impediu maiores temores em relação à democratização do regime e maximizou o controle das elites do regime autoritário do processo de transição para o novo regime. Nesse sentido, o processo de democratização realizou-se de forma gradual e limitada, revelando consideráveis aspectos de continuidade do regime autoritário nas estruturas e instituições políticas.

A análise da história política brasileira revela que, no período autoritário, houve certa continuidade institucional do período democrático precedente, que pode ser identificado no bipartidarismo instituído em 1965. Isso permitiu branda canalização das demandas da oposição em um único partido, o MDB, e propiciou posteriormente a ampliação de sua base de atuação, bem como a permanência da Constituição e do funcionamento do Congresso. Persistiu o continuísmo, dada a forma como ocorreu a transição democrática brasileira, através de pactos entre o regime autoritário e a oposição, que propiciaram o fortalecimento dessa oposição “pactuada” e da elite autoritária revestida.

O contexto para a “transição pela transação”

Logo após o golpe militar de 1964, o sistema partidário permaneceu pluripartidário, mantendo em vigor a mesma legislação eleitoral e partidária e, até mesmo, a Constituição de 1946, alterando apenas o que se contrapusesse ao Ato Institucional decretado logo após aquela ação militar. As eleições foram mantidas e os partidos também, pois buscaram legitimar o regime pela via das eleições.

No entanto, a situação modificou-se a partir de outubro de 1965 com o resultado das eleições diretas para governadores. Em alguns estados da Federação, entre os quais dois estados importantes: Guanabara

e Minas Gerais, foram derrotados os candidatos apoiados pelo governo (ARENA e PSD). Para Lamounier & Meneguello (1986, p. 64),

...A decisão de extinguir aquele sistema e a passagem ao bipartidarismo devem ser compreendidas em função das tensões que se foram manifestando entre as velhas lideranças civis e a cúpula militar-tecnocrática do novo regime; e também das pressões que constantemente se renovam entre os oficiais de menor patente no sentido de impedir um retorno prematuro à 'normalidade', por eles percebidas como uma virtual devolução do poder às esquerdas, ao populismo e a políticos corruptos.

O desfecho dessa conjuntura deu-se com o Ato Institucional número 2, que cerceou o poder decisório de Castelo Branco no processo de sua sucessão, impondo Costa e Silva. Esse ato reativou o ciclo de cassações e suspensões de direitos políticos, tornando indiretas as eleições para governador e Presidente da República, e também exterminou o antigo sistema partidário, formando duas organizações coletivas, funcionando provisoriamente como partidos, a ARENA e o MDB.

Além dessas conseqüências, o regime ditatorial implantado em 1964 impôs restrições às competências legislativas do Congresso, atitude do regime que foi apoiada pelas camadas médias e pelo empresariado. Os aspectos ditatoriais tomaram maior força a partir de 1968, com a edição do Ato Institucional de número 5, que tentava enfrentar a contestação parlamentar, estudantil e início da guerrilha.

Naquele momento, o regime mantinha sua legitimidade não apenas no combate à crise política, ao comunismo e à corrupção, mas também na retomada do crescimento econômico e da modernidade.

É difícil apontar a verdadeira intenção dos governos militares com a criação de uma estrutura bipartidária - ARENA e MDB; a hipótese mais provável, segundo Lamounier & Meneguello (1986), é a de que se conseguiria uma oposição excluída do sistema, na prática e simbolicamente, por um mecanismo mais complexo que a simples barreira

legal ou repressiva.

Retirar a legitimidade da oposição não seria tarefa tão simples, pois tanto a Arena como MDB eram recentes e impotentes, no entanto, a Arena possuía a vantagem de estar inflada pelo clientelismo que o regime defendia como legitimidade. Faltava ainda um elemento vital para subtrair a legitimidade da oposição, mas que se torna difícil devido à própria estrutura do regime: conseguir o apoio do eleitorado e da opinião pública. Mesmo com o 'milagre' econômico a Arena não conseguiu ampliar sua legitimidade junto às bases da sociedade; a instabilidade do desenvolvimento econômico, a ampliação da adesão a partidos urbanos e a própria repressão do regime (limitação de propaganda, cassação de mandatos...) barraram uma maior adesão ao partido do governo (Arena).

O ponto de inflexão desse processo foi a eleição de 1974 - ápice da política de abertura gradual implantada pelo presidente Geisel (1974-1978). Nessa eleição, a Arena não foi derrotada, mas o MDB multiplicou seu percentual de representação na Câmara Federal e obteve grande votação para o Senado, elegendo 16 das 22 cadeiras disputadas:

Este é, sem dúvida, o acontecimento decisivo da abertura no plano político-eleitoral, pois é a partir dele que se viabiliza definitivamente o crescimento de uma oposição pacífica, que conta a partir daí, com um potencial nada desprezível de implantação organizacional, inclusive nos pequenos municípios. (Lamounier & Meneguelo, 1986, p. 69)

Nesse momento, não podemos falar em consolidação do bipartidarismo como sistema, pois ele sempre esteve ligado a uma estratégia institucional do regime de 1964, mas podemos dizer que houve uma nova formação de identificações partidárias. Essa nova estrutura bipartidária mostrou-se consistente com a massa eleitoral nas eleições de 1974, criando um impasse entre governo e oposição.

A situação de fortalecimento da oposição (MDB) na sua forma organizacional e sua aceitação junto ao público levou o governo, a partir de 1976, à manipulação eleitoral através da legislação, e em 1979

reformulou a própria estrutura partidária.

... a tentativa de corrigir as distorções anteriores a 1964 pelo caminho do bipartidarismo coercitivo levou o regime militar a um beco sem saída ... O retorno à pluralidade de partidos foi a solução encontrada em 1979. (Lamounier & Meneguelo, 1986, p.70)

No que se refere às conseqüências da reforma partidária de 1979, temos que levar em consideração, primeiramente, alguns fatos anteriores que conduziram a essa reforma.

Com o ‘pacote’ de abril de 1979, o governo reforçou seu poder para as eleições seguintes adotando as seguintes medidas: suspensão das eleições diretas para os Executivos estaduais e criação dos Senadores indiretos – chamados posteriormente, pela oposição, de “biônicos”. Diante dessa estratégia fortalecedora, o governo poderia adotar medidas liberalizantes - como a revogação do AI5 (dez.1978). Entretanto, permanecia o risco de derrota nas eleições seguintes - municipais de 1980 e estaduais de 1982 - dado o crescimento do MDB e o desgaste do governo; daí a edição do pacote.

Em dezembro de 1979, o governo realiza a anistia e também apresenta a nova Lei Orgânica dos Partidos, que extinguiu o modelo bipartidário (Arena x MDB) e criava o pluripartidarismo. A regra estabelecida para criar um partido consistia na coleta de 121 mil assinaturas e formação de diretórios em 9 estados. Surgiram, a partir dessa legislação, seis novos partidos:

- PMDB, formado a partir do antigo MDB;
- PDS, formado a partir da antiga ARENA;
- PP, formado por membros tanto da ARENA como do MDB;
- PDT, formado por membros do “Brizolismo” e MDB (RJ e RS);
- PTB, formado pela ala fisiológica do MDB e parte da ARENA;
- PT, formado por parte do MDB, da ala progressista da Igreja

Analisando a reforma partidária, Lamounier & Meneguello (1986) apontaram como características principais: a) retorno ao pluripartidarismo e exigências na votação mínima; b) exigência também no tocante à mecânica de formação de partidos; c) manutenção das restrições jurídicas, impedindo a legalização de partidos comunistas. Esses autores atribuem o caráter dessa reforma partidária como a uma parte da estratégia de liberalização controlada, que teria como objetivo fragmentar a oposição, o que de fato deu origem à formação dos seis partidos.

Diante dos avanços eleitorais e da maior adesão do eleitorado à oposição, as perspectivas eleitorais do partido governista (PDS) tornaram-se menos animadoras. Lançou-se então o ‘pacote’ de novembro (1981); um projeto de reforma eleitoral que alterou a situação, reestabelecendo o equilíbrio entre governo e oposição. O projeto teve como principal objetivo impor a vinculação dos votos. Todos os partidos deveriam apresentar candidatos a todos os cargos, levando a fragmentação às últimas conseqüências. O objetivo primordial era, no mínimo, conservar a maioria governista no colégio eleitoral que elegeria indiretamente o Presidente da República em janeiro de 1985.

Entretanto, a situação toma novos rumos. O pacote de novembro inviabilizou o PP - partido que era tido como oposição confiável - levando-o a reincorporar-se ao PMDB. Caminhava-se para uma eleição pouco mais que bipartidária em 1982.

Em certa medida, houve um aspecto positivo nessa situação, pois a oposição conseguira ganhar força, porém, perdia-se novamente uma oportunidade de solucionarem-se impasses fundamentais do sistema político, como a inconsistência dos partidos e a baixa densidade ideológica dispersando-se no voto de “protesto”.

As eleições de 1.982 já indicavam o fracasso do regime militar em controlar as elites estaduais, pois os partidos de oposição conquistaram governos estaduais e, a partir deles, construíram caminhos para derrubar o regime vigente.

As estratégias de nomear governadores de confiança

do Poder Central - sejam 'técnicos' ou não - e através disso constituir uma nova elite política e realizar projetos de 'modernização', elaborados de forma centralizada, não lograram êxito. As razões para tal fracasso encontraram-se na dificuldade de subordinar as elites estaduais, mesmo as arenistas, a uma lógica nacional e partidária e também o não rompimento das redes sociais estabelecidas entre as elites tradicionais e as máquinas públicas estaduais. A emergência do PMDB nos estados, e daí para um plano nacional, dependeu muito da habilidade em construir sua estrutura política sob as bases estadualistas da política brasileira, reforçando ainda mais o poder dos governadores na transição ... (ABRUCIO, 1.997, p. 149-150)

Verifica-se, então, que a situação político-institucional, que emergiu com as eleições de 1982, não destruiu o esquema bipartidário vigente desde 1965, pois somente em cinco estados (RJ, SP, RS e AC) foi dada a possibilidade de os partidos menores (PDT, PTB e PT) disputarem as eleições; nos demais, permaneceu o dualismo de forças, com mera troca de nomes, de Arena *versus* MDB, para PDS *versus* PMDB.

A essas derrotas o governo reagiu, entre outras medidas, tentando reequilibrar o poder dentro da Federação, uma vez que foi nos Estados mais ricos que a ARENA tinha ido mal nas eleições. Nesse contexto, o regime militar adotou quatro medidas: 1) desconcentração regional dos níveis de investimentos por meio do II PND (Silva & Aguirre, 1992); 2) reforma eleitoral realizada pelo Pacote de Abril, promulgado em 1977, cujo principal impacto federativo se deu com o aumento da desproporção eleitoral na Câmara Federal em prol dos estados mais pobres, notadamente os do Norte, tradicionalmente mais "governista"; 3) criação de "senadores biônicos", que comporiam um 1/3 do total e seriam eleitos de forma indireta pelas Assembléias Legislativas, todas, com exceção da Guanabara,

controladas pela ARENA; 4) criação de um novo estado, o Mato Grosso do Sul, em uma região até então pouco desenvolvida, e portanto elevando a bancada de deputados e senadores que em tese ficaria mais atrelada ao Executivo Federal. (ABRUCIO, 1997, P.149)

A conjuntura política que surge das eleições de 1982, para Lamounier & Meneguello (1986), se encontrava estratificada em três níveis:

1º) sucessão presidencial: o partido do governo (PDS) era maioria no colégio eleitoral, assegurando sua vitória na eleição indireta prevista para janeiro de 1985; sendo maioria seria fácil a negação de uma emenda pelas eleições diretas, que o levaria ao fracasso;

2º) processo legislativo ordinário: o PDS não possuía maioria absoluta; via-se obrigado a negociar sua proposta com um outro partido “aliado” (no caso, PTB);

3º) mobilização popular: através das eleições diretas de 1982 a oposição conquistou alguns dos principais governos estaduais.

A distinção entre esses três níveis é indispensável para entender o impacto da crise sucessória sobre o sistema partidário. A mobilização da opinião pública a favor das eleições diretas e a escolha, pela convenção do PDS, da candidatura polarizadora de Paulo Maluf produziram uma divisão profunda e irreversível nesse partido. Diante dessa situação, formou-se a Frente Liberal, liderada por Aureliano Chaves e outros ‘notáveis’ antimalufistas do PDS, dispostos a negociar a transição com a liderança oposicionista. O PMDB convenceu-se da inviabilidade do retorno às eleições diretas e aliou-se, no Colégio Eleitoral, ao candidato apoiado pela Frente Liberal, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. O impacto dessas mudanças elegeu-o Presidente da República. Assim, a articulação vitoriosa de Tancredo Neves foi realizada junto aos líderes regionais do PDS, que tiveram acesso e articularam com os governadores estaduais.

Com a morte de Neves, Sarney governou, ou seja, o PFL (ala liberal do PDS) com a ala mais progressista do PMDB, setores centristas

e conservadores, deixando a esquerda (PDT e PT) em dificuldade na disputa eleitoral.

O caráter provisório do governo Sarney debilitou a posição das instituições democráticas diante das Forças Armadas .

Os pactos de origem da transição brasileira indicam que os partidos que formaram a coalizão governista (PFL/PMDB) estavam mais interessados em chegar ao *locus* de decisão, do que em confrontar concepções distintas sobre o papel do Estado, sobre a atividade pública ou até mesmo sobre a estratégia para a vigência da democracia. A desagregação da principal força político-eleitoral da transição, o PMDB, indica a ausência de uma força político-partidária brasileira que fosse capaz, então, de compatibilizar o discurso democrático com a sua prática política concreta. No Brasil, os partidos e as personalidades que assumiram essa responsabilidade comportaram-se ainda enquanto oposição ou como se não lhes coubesse demonstrar à população a formação de um governo civil:

A transição não foi resultado apenas da aliança entre moderados do regime e da oposição, mas em grande medida, resultou do pacto entre governadores e líderes regionais com o Poder Central, o que mostra o poderio adquirido pelos atores subnacionais durante esse período (ABRUCIO, 1997, p. 157).

A Nova República inaugurou-se, portanto, a partir de pactos, primeiro entre atores regionais (PDS) e posteriormente através da aliança PMDB/FL; a transição para o novo período foi realizada através de arranjos vigentes no antigo sistema, logo, sem que tivesse havido ruptura. (SADER, 1990). Verifica-se na passagem do regime ditatorial à democracia, uma “travessia”, ou seja, um continuísmo.

... a Nova República não é o ponto de chegada, mas travessia. Solução específica para a transição do autoritarismo à democracia, obra de uma ampla negociação entre forças políticas, inclusive de parte expressiva do antigo regime, desenvolvida sob

generalizada pressão da oposição democrática, das principais agências da sociedade civil, dos movimentos sociais e da opinião pública - vide "Diretas Já" -, a Nova República se singulariza por ter vindo ao mundo sem importar uma quebra na forma do político (VIANNA, 1986, p. 277).

Assim, a Nova República apresentou-se como nova somente na aparência, pois foram reformados apenas os bastidores e o palco, uma vez que sua estrutura e atores continuaram os mesmos.

Conclusão

A transição democrática brasileira produziu efeitos dicotômicos, o que, se no impede de chegar a conclusões arbitrárias, pelo menos permite questionamentos em diferentes níveis.

Analisar a transição brasileira para a democracia, a partir de um enfoque eleitoral, torna-se pertinente pelo fato de as eleições terem sido o elemento propulsor de medidas liberalizantes, executadas pelo regime autoritário, dada a desaprovação desse regime manifestada nos resultados eleitorais, e, ainda, pelo fato de ser um dos elementos estratégicos da ação autoritária para manter o processo de transição para a democracia em seu poder, através das reformas e pactos eleitorais.

É, portanto, ambíguo o papel desempenhado pelas eleições no processo de democratização, pois elas ameaçam o *status quo* e conseqüentemente constituem-se em estratégia para pactos, que impedem a ruptura e a constituição de um regime democrático descompromissado com o regime anterior. Elas produzem aspectos que podem ser considerados tanto como positivos (a existência de um ambiente pacífico e a institucionalização de uma política de compromisso, introduzindo formas democráticas de solução dos conflitos) como também negativos (a ausência de oportunidades para uma ruptura profunda com o antigo regime, baixo índice de mobilizações e estrutura política frágil, havendo pouca oposição efetiva ao retrocesso autoritário).

O problema dos países que passam pela transição democrática –

antes uma questão de engenharia institucional, como ocorreu no caso brasileiro - não é apenas o de pôr fim ao autoritarismo, mas principalmente o de transformar esses países em democracias modernas.

Utilizando a conceituação de democracia de Przeworki (1989), é possível apontar a democracia brasileira como já constituída, pois o calendário eleitoral ocorre com frequência e o resultado das eleições é sempre imprevisível; no entanto, apresenta lacunas na sua consolidação, dada a forma pactuada que possibilitou o processo de transição para essa democracia.

Um dos dilemas democráticos a ser solucionado dentro do binômio “instituição” e “ação” política é o quadro partidário.

O final do processo de transição parecia conter um embrião do sistema partidário, com a aliança PMDB/PFL dominando o centro, e, ao redor, um pequeno partido conservador (PDS) e pequenos partidos de esquerda, mas esse embrião foi deteriorado pela crise de governabilidade e pela ação estratégica dos partidos, que desenvolveram suas ações objetivando a maximização eleitoral.

As estratégias eleitorais perpassaram todo o processo de transição democrática, caracterizando-se como elemento dinamizador das ações políticas e constituição de estruturas institucionais, e chegam ao regime democrático como elemento propiciador de certas conseqüências da democracia que tais estratégias desenvolveram: um sistema eleitoral desproporcional, um sistema partidário frágil e ações políticas movidas pelo individualismo ou clientelismo.

Referências Bibliográficas

- ABRUCIO, F.L., SAMUELS, D. A nova política dos governadores. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. n. 40/41, p. 137-166, 1997.
- CAMPELLO DE SOUZA, M.C.C. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930/1964*. São Paulo: Alfa-omega, 1976.

- LAMOUNIER, B. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 83-134.
- LAMOUNIER, B., MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 171p.
- LIMA JÚNIOR, O. B. de *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional - 1945/64*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- LIMA JÚNIOR, O. B. (org.) *O Sistema Partidário Brasileiro: diversidade e tendências, 1982-94*. R.J.: Editora Getúlio Vargas, 1997.
- SADER, E. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* São Paulo: Atual, 1990. 92 p.
- SHARE, D. & MAINWARING, S. Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. *Dados- Revista de Ciências Sociais* (Rio de Janeiro), V. 29, nº 2, pp. 207-236, 1986.
- VIANNA, L. W. A Nova República e a Transição: entre o Antigo regime e a novíssima República *Travessia*. 1986. p. 272-283.

Bibliografia Consultada

- LAMOUNIER, B. Eixos de debate político brasileiro nos anos 80. In: _____ *Brasil em artigos*. São Paulo: SEADE, 1995. p. 71-80.
- LAMOUNIER, B. (Org.) *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Ed. Sumaré Ltda, 1990. 197 p.
- O’DONNELL, G. Democracia delegativa? *Novos Estudos Cebrap*. n.31, p. 25-40, 1991.

E proclamo também: Primeiro:/O **super-homem será,/não o mais forte,/mas o mais completo!**

E proclamo também: Segundo:/o **super-homem será,/não o mais duro,/mas o mais complexo!**

E proclamo também: Terceiro:/o **super-homem será,/não o mais livre,/mas o mais harmônico!**

(Álvaro de Campos).

RESUMO: Neste artigo questionamos o modelo de desenvolvimento agrícola, tangenciando alguns pontos que serão explorados mais detalhadamente em nossa dissertação. Começaremos nossa trajetória falando da ascensão burguesa, passando pelos movimentos rebeldes da metade deste século, até chegar aos dilemas da pós-modernidade. Nossa preocupação estará centrada no desaparecimento do conhecimento tradicional em face da adoção de modernas tecnologias agrícolas. Mostraremos então que a intervenção, no meio rural, de agentes como as ONGs (Organizações Não-Governamentais) têm procurado equilibrar o tradicional e o moderno, na busca de um desenvolvimento sustentado.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; pós-modernidade; ONGs; sustentabilidade.

Introdução

A grande questão que se segue, por anos a fio, é uma só: os modos pelos quais o homem tem se valido na perpetuação de sua espécie.

* Estas reflexões são o produto de um trabalho de conclusão da disciplina Modernidade e Pós-modernidade Cultural, oferecida pela Profª Drª Tânia Pellegrini, no 2º semestre de 1997, na UNESP/Araraquara. Acrescentamos algumas considerações referentes à nossa pesquisa de mestrado neste artigo, visando sua adequação aos objetivos da Revista.

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara- SP, sob a orientação da Profª Drª Vera Lúcia Silveria Botta Ferrante

Não bastasse apenas garantir sua reprodução de maneira simples e equilibrada, o mais inquietante é o fato como o faz. Apropriando-se da natureza, diferentemente dos outros animais, sobrepõe-se a ambos. O que se percebe acerca do domínio do homem sobre a natureza não é somente a garantia de reprodução dos seus, mas a satisfação de suas necessidades socialmente fabricadas e que foram nascendo conforme foi se tornando complexa a vida em sociedade.

Desde as primeiras civilizações, ou melhor, tão logo o homem passou a viver em comunidades, já não bastava-lhe caçar e coletar frutos oferecidos pela grande provedora, a natureza. Descobrir meios que lhe facilitassem esse trabalho foi o início de grandes transformações. Contudo, a realidade que verdadeiramente modificou seu modo de vida e radicalizou seu impacto sobre o meio foi a Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX. Sendo a economia de então baseada na urbanização e no consumo de matérias-primas, produzia-se e competia-se cada vez mais. Decorrem daí muitas descobertas, guerras e conquistas, pois não mais era suficiente o que ele enxergava ao seu redor. Além de sonhar muito alto, o desejo e a ambição faziam-no acreditar em tudo poder.

Observamos então um grande contraste entre o tempo de formação e evolução das formas vegetais e geológicas do planeta e o tempo social e histórico decorrido na utilização dessas formas. Ocupar um espaço significa, para o homem, transformá-lo em pouquíssimo tempo.

Não pretende-se aqui, porém, inaugurar um asséptico movimento de limpeza da terra. Erguer a bandeira de morte aos maus e vida longa aos bons. Não é esta a pretensão, mesmo porque isto não é a seleção natural darwinista. Ambiciona-se tão somente lançar algumas reflexões sobre o momento histórico atual recorrendo a acontecimentos marcantes desta incrível trajetória humana.

Existem hoje, entre avanços e retrocessos, novos paradigmas, muitos discursos e uma economia estruturada na acumulação de lucros. Convive-se com a fome e a opulência, a paz e a violência, enfim, todas as possíveis e imagináveis contradições do mundo moderno.

A marcha para o progresso

Não se faz necessário descer tão fundo na trajetória histórica do homem para saber qual foi o momento exato no qual ele começou a desenvolver tecnologias que lhe permitiram viver melhor. A pedra lascada? A descoberta do fogo? A escrita? Todo este conjunto de invenções foi-lhe proporcionando progredir, sair da barbárie e perceber outros modos de vida. Digamos que a imprensa, oferecendo registros de tudo que ocorria, foi a maior revolução a permitir que o conhecimento saísse da mão de uma classe e passasse, mesmo lentamente, às outras.

A começar pela idade das luzes, temos uma meteórica escalada para o progresso. Deslumbrada com o leque de possibilidades das invenções, a Europa iluminista acreditava no desenvolvimento das ciências e dava um grande salto porque:

os pensadores iluministas também queriam dominar o futuro por meio de poderes de previsão científica, de engenharia social e do planejamento racional, da institucionalização de sistemas racionais de regulação e controle social. Eles na verdade se apropriaram das concepções renascentistas de espaço e tempo, levando-as ao seu limite na busca da construção de uma sociedade nova, mais democrática, mais saudável e mais afluyente. Na visão iluminista de como o mundo deveria ser organizado, mapas e cronômetros precisos constituíam instrumentos essenciais. (Harvey, 1996, p.227)

Ter domínio sobre o mundo era também poder regulá-lo. Nada mais democrático para tal do que se criar sistemas nos quais o tempo fosse manipulável de modo a beneficiar os iluminados, do poder ou não.

Assim, o século da luzes inaugurava uma nova era, não apenas pelas revolucionárias idéias sociais, filosóficas e políticas, mas também pelo acelerado crescimento das ciências e da técnica, com sucessivas descobertas, invenções e rápida industrialização.

A partir de então, deixava-se uma condição de modos de vida artesanais e mergulhava-se na produção em maior escala. O anteriormente dito doméstico passa a não ter tanto valor.

Emergem novas classes e o enfraquecimento da aristocracia, que nada produzia, permitiu à burguesia a formação de um novo tecido social. Para essa ascendente classe empenhada em fazer girar o capital, não importava se os meios fossem de construção e destruição, afinal, não se podia executar uma transformação sem provocar uma certa tensão entre o novo e o que estava estabelecido.

Assim, o processo global de desenvolvimento econômico, social e tecnológico proporcionava aos indivíduos uma sensação de estar vivendo num mundo pluralista. Se quisessem perceber o que foi esta época bastaria olhar para tudo que nela foi produzido. Das artes até outras concepções no campo das inovações, tudo passa pelo entendimento do limite entre o antes e o depois. Não há melhor explicação para todas essas transformações do que comparar a literatura, a política, a pintura, a moda e a arquitetura dessa época da ascensão burguesa.

Se nesse período a burguesia surgia desestruturando a estabelecida aristocracia, posteriormente surgiriam os movimentos vanguardistas promovendo uma ruptura na arte e espelhando a também conturbada sociedade de então. Reflexos da crise do homem, de “um lado a euforia de sua *belle époque* e, por outro, o pessimismo decadentista do *fin de siècle*” (Teles, 1994, p.27). Toda a inquietação percebida no homem era fruto das experiências passadas e da ansiedade com um futuro no qual, posteriormente, se confirmaria o laboratório mais rico de uma nova estrutura estética, social e moral.

É como se fissuras surgissem numa grande construção e dessem-lhe um aspecto e funcionalidade totalmente novos e distintos. Se a burguesia, através de seu tremendo processo de urbanização e industrialização, vai dessacralizando o que antes parecia intocável e internacionalizando o que era de domínio local, é porque tinha realmente uma enorme força centralizadora, política e produtora. Como diria Marx, essa classe possuía um admirável potencial, verdadeiramente revolucionário pelas transformações promovidas.

Com o modo de produção capitalista, a sociedade e a economia transformaram-se radicalmente. Toda mercadoria produzida tem um valor monetário, garantidor de um lucro ao seu proprietário. A chamada mais-valia, ou seja, o maior valor que se pode obter com um produto, é o sentido que se dá a todas as transações. Juntava-se a esse processo de obtenção de lucros elementos como força de trabalho, exploração e massificação. Era através da produção de mercadorias, em condições de trabalho assalariado, que boa parte dos operários perdiam seu próprio controle. Por um mecanicismo e uma conseqüente bestialização não participavam em decisões técnicas e políticas. Existia, por parte dos detentores do lucro, uma necessidade de regulamentação, de controle social das capacidades físicas e mentais dos indivíduos visando criar uma produção e um consumo massivos.

Esse era o processo de desenvolvimento traduzido em modernização; nada mais do que uma voracidade do sistema capitalista de mercado gerador das mais complexas experiências vividas no tempo e no espaço por todos os indivíduos, sem distinção de gênero.

Essa não diferenciação entre as pessoas, ou seja, essa massificação, era a controladora da sociedade alienada e robotizada, obtida por uma “mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo” (Harvey, 1996, p.119).

A contradição era observada também pelo esfacelamento de valores da cultura e da política, que analogamente eram lapidados pelo homem e por ele destruídos. Como diria o pintor Léger, “este é o novo mundo, agora homens são máquinas e máquinas são homens” (Piza, 1998, p.56). Mas não era só esse mecanicismo aparente que o artista retirava, por exemplo, de suas impressões da Primeira Guerra: era ainda a decadência e a hipocrisia do mundo.

A partir não só do primeiro mas também do segundo grande conflito mundial, e principalmente do período de intervalo entre ambos, despontaram-se “caminhos até então desconhecidos- como o analisado por Freud e incensado pelos surrealistas” (Piza, 1998, p.56). A ambigüidade de sentidos e sentimentos era marcada pela forma como se

conduziam politicamente as decisões locais e mundiais.

A expansão do capitalismo americano após a Segunda Guerra estende-se pelo mundo e vai se consolidando de uma maneira global. A difusão desse sistema de dominação mascarado gerava um desenvolvimento desigual, principalmente porque os países do Terceiro Mundo não estavam preparados para o processo de modernização. As conseqüências da penetração americana em distintos países desencadeou um novo modo de vida nas populações.

Começaram a surgir desigualdades sociais geradoras de tensões e por parte dos que se tornavam excluídos do sistema, movimentos de combate à crise. Aparecem então os grupos feministas, ecologistas e os anti-racistas, representantes dos menos privilegiados socialmente. Posteriormente, outras minorias vão aderindo à luta conforme aumentava a rigidez dos organismos.

A efervescência do momento, diante da fragilizada qualidade de vida gerenciada pelo Estado e pela economia pautada no modelo fordista de desenvolvimento, faz surgir ácidos críticos sociais. Nas artes, principalmente, observou-se uma enorme contestação e descontentamento com o sistema. É importante ressaltar a contribuição da contracultura, movimento dos anos 60 que colocou em xeque o capitalismo selvagem.

Imaginando que toda essa modificação talvez fosse o início de uma outra fase do capitalismo e que não vivia-se mais numa era moderna, acreditava-se em uma outra periodização, uma era pós-moderna. Principalmente porque o poderio geopolítico dos Estados Unidos estava ameaçado e as correntes oposicionistas pressionavam, marcando a história com a guerra fria.

A era pós-moderna caracteriza-se, então, por um pessimismo político que também não deixa de estar vinculado a um otimismo das possibilidades de consumo capitalista e de todas as maravilhas realizáveis pelo capital. Como afirma Eagleton, “o pós-modernismo constitui o lugar da contradição que ainda habitamos” (Eagleton, 1995, p.67).

Pós-modernidade e sustentabilidade

O processo de modernização do mundo não se efetuou de um dia para o outro, entretanto trouxe mudanças, muitas das quais não foram bem digeridas. Nações inteiras receberam marcas dessas transformações, para não falar no que ocorreu com as pessoas. É possível que muita gente julgue duvidosa a ida do homem à lua, a comunicação via internet, para não mencionar outros acontecimentos. É como questiona George Yudice, acerca da nossa modernização: “num país como o Brasil, em que o computador convive com a enxada, existiria o pós-moderno?” (Souza & Miranda, 1990, p.47).

Se o pós-moderno é uma pluralidade, se é caracterizado por uma multiplicidade de valores, pelo questionamento crítico da sociedade, dentre outros aspectos, ele está bem presente não só aqui mas em toda parte. É nessa controversa relação novo/velho que surgem preocupações com o próximo século e dúvidas que colocam em xeque a sustentabilidade econômica e ambiental do planeta. Torna-se, portanto, urgente repensar os caminhos da modernização sem contudo aderir a modismos ou radicalismos.

Essa preocupação com o avanço internacional da produção industrial e da degradação do ambiente foi observada mais intensamente após a Segunda Guerra e persiste até os dias atuais, não se restringindo ao âmbito das instituições de pesquisa e de outros tantos intelectuais. Foi uma preocupação que espalhou-se, tornando-se cada vez mais abrangente. Vários grupos, de diversos segmentos da sociedade, interessaram-se pela perspectiva ecologista. Alguns viveram intensamente a rebeldia dos anos 60, da contracultura, do movimento *hippie*, maio de 68 e a liberação do corpo e da alma com o balanço do *rock'n roll*. Outros vieram do movimento pacifista, do feminismo, de pequenos grupos espirituais, das lutas políticas pela transformação social e também das sonhadas comunidades alternativas. Estas últimas, baseadas na igualdade e fraternidade, eram projetos muito antigos que floresceram não apenas literariamente; em muitos lugares chegaram a existir, porém, acabaram não frutificando.

Contudo, o que se tem notado é a atomização do homem por

uma civilização cada vez mais industrializada. Em decorrência disso, vê-se perdida sua capacidade de resolver problemas comunitariamente. Com o dinheiro, tudo é permitido; paga-se por sua força de trabalho, por sua saúde, lazer e até por sua psiquê, já que o homem pós-moderno é acometido também por males pós-modernos. O que é mais inquietante, porém, é como construir formas socialmente justas e que permitam a existência de uma sociedade menos opressiva nesse contexto. Afinal, o “século XXI terá de reinventar a relação do homem com a Terra” (Virilio apud Milan, 1997, p.4). Essa relação passa certamente pelo âmbito da enxada e do computador, ou seja, de se pensar em soluções como reforma agrária, tecnologias que causem menos impactos negativos ao homem, ao meio-ambiente e outras mais.

Atualmente, nesta crise acerca do descompasso da técnica e do avanço da técnica, rumo ao século XXI, perguntamo-nos o que ainda está por vir. Pairam no ar graves proposições acerca da providência a ser tomada com a poluição da água, do ar, a contaminação por uso indiscriminado de agrotóxicos, o acúmulo de lixo nas cidades, o contigente cada vez maior de excluídos e o esgotamento de matérias-primas minerais e vegetais. É uma interminável lista de questões já tão bem familiarizadas em nossos discursos e lamentações, mas que ainda clamam por soluções.

A pós-modernidade trouxe em sua bagagem uma crise que nos coloca à beira de

uma grande revolução industrial: é a revolução informacional ... Se o poder político não for capaz de controlar o desenvolvimento técnico dos autômatos, dos sistemas de produção, do mercado, iremos em direção a uma sociedade que terá duas velocidades: formada por uma elite e os miseráveis. (Virilio apud Milan, 1997, p.4)

Embora pareça pessimismo, tudo isso é muito real. Para resolver alguns desses problemas da crise econômica, o que os burocratas tem feito é readaptar o gerenciamento da estrutura. A substituição de trabalhadores por máquinas é um exemplo claro. Assim, fruto dessa situação, surge a cultura do descartável. Nada mais tem durabilidade ou

vida longa. Essa volatilização não se dá apenas ao nível dos objetos, mas das pessoas e também de suas relações com o meio.

Torna-se difícil apegar-se às pessoas, às causas, às idéias e projetos. É mais fácil comunicar-se na infóvia do que ceder às primitivas formas de relacionamento. Estabelecer elos de solidariedade em prol de causas comuns e pela participação democrática podem parecer distante.

O individualismo foi um traço muito bem trabalhado pela cultura estruturada na concorrência. Característica pós-moderna que vem norteando a vida de milhões de indivíduos que passam a não se importarem com valores tradicionais. Família, vida em grupo, religiosidade, ideologia e ação solidária passam a não constar mais de seus vocabulários. Essa questão reflete, sem dúvida, um ponto delicado, que requer reflexões e busca de alternativas.

Sabe-se da insustentabilidade deste sistema econômico. Entenda-se por sustentável, entre o oceano de definições apresentadas em diversificados estudos, tudo aquilo que possa se estabelecer e se garantir de forma social, econômica e ecologicamente justa no presente e no futuro. Neste caso, é importante estarmos pensando nas gerações futuras e é sabido que tal preocupação não é de hoje. Camada de ozônio, destruição de florestas, melhoria na qualidade de vida, são um discursos bem conhecidos. Parece alarmante, porém, que, apesar de serem antigos pontos de pauta, eles não tenham sido ainda esgotados. Talvez seja melhor pensar como no caso do médico que, ao receitar um remédio para determinado órgão, acaba por comprometer outro. É uma situação complexa, mas para resolvê-la, é preciso alterar algumas formas já falidas de gerenciamento do Estado e da sociedade.

Algumas proposições podem ser encontradas de forma bem mais simples do que se imagina. Uma sugestão talvez possa ser a de uma mudança cultural e posteriormente política. Para tanto, não há como romper o entrelaçamento da pós-modernidade e da sustentabilidade. Embora sejam conceitos altamente divergentes, não há como separá-los. Enquanto o primeiro é fragmentado e volátil, o último é multidisciplinar. Talvez esteja exatamente aí o ponto a se considerar: poder aglutinar

variadas diretrizes, ou seja, os distintos campos fragmentados de cada área do conhecimento, que compõem o desenvolvimento sustentável com a pluralidade pós-moderna. Não será uma mistura explosiva, mas algo que esporadicamente gostaríamos de observar em nossa sociedade.

Mesmo existindo o individualismo, a desarticulação da sociedade, o enfraquecimento do estado e todo um pessimismo característico de fim-de-século, não é raro nos depararmos com organizações, grupos e sindicatos de minorias consideradas excluídas do sistemas, mas que estão aí lutando.

A questão fundamental agora é atingir um nível de participação que garanta uma cidadania de fato e não apenas no papel. Como é o caso da Constituição, na qual não falta educação, saúde e direitos, na qual não há restrições ao sexo, à religião e à ideologia, dentre outros pontos. Tudo muito bem teorizado, mas que precisa ser praticado, com seriedade, não importa se apenas localmente.

Se a era pós-moderna está em crise, cabe ao homem encará-la e formular uma nova agenda para desvencilhar-se dessa crise. O que não implica dizer que a tecnologia irá, a partir de clonagens sucessivas, construir um super-homem. Super-heróis existem como paliativos.

A degradação que se tem visto sugere algo mais audacioso e que certamente está ao alcance do homem.

A enxada e o computador: o verdadeiro nó da questão

A crise da pós-modernidade, encarada como a crise das ideologias, ou dos paradigmas, é também a crise das aflições criadas pelo homem e pelas quais ele transita na sociedade.

Tentando conviver com esses conflitos, de maneira que eles não conduzam o ser humano para um labirinto sem fim, perguntamo-nos: como conciliar, nesta sociedade, os avanços e os atrasos da tecnologia?

Poderíamos estar generalizando estas preocupações num contexto global, mas vamos nos ater aqui ao setor rural, para sermos fiéis ao nosso objeto de pesquisa no mestrado.

A modernização agrícola que ocorreu nas décadas de 60 e 70, tida como a grande vilã, em decorrência das muitas transformações no meio-ambiente, nas novas concepções de lidar com a terra e os animais, também proporcionou alguns benefícios.

Em se tratando de especialização, a derrocada da pesquisa agrícola tem sido extraordinária, sem falar no grau de eficiência adotado em muitos sistemas agropecuários. Essa eficiência motivou um certo reducionismo nos velhos e antigos hábitos de cultivo e de criação, ocasionando, em contrapartida, dois planos bem distintos: um setor altamente tecnificado e capitalizado e outro que caminha à margem do primeiro, sofrendo com a falta de políticas que lhe permitam a inclusão social.

A falta de uma melhor infra-estrutura que acomete diversos produtores leva-nos a questionar se a enorme distância existente entre o desenvolvimento de novas tecnologias e a sua instalação nas pequenas propriedades podem conviver sem que uma elimine a outra. Será possível que continue esse desenvolvimento tão contraditório?

Acreditamos na existência de soluções, mesmo porque é a própria trajetória da agricultura que nos mostra ser possível o equacionamento entre a enxada e o computador.

Nossa pesquisa de mestrado investiga as ações de ONGs (Organizações Não-Governamentais) centradas na linha da agroecologia, atuantes no Estado de São Paulo. A partir da investigação dessas organizações em outros estados, através de pesquisa bibliográfica, relatos orais de membros do movimento e até do acompanhamento rápido de uma organização específica, percebemos que a enxada não elimina o computador e vice-versa. Melhor explicando, a adoção de tecnologias alternativas no campo, que visem a promoção do desenvolvimento, pautado na preservação do meio-ambiente, na utilização de tecnologias menos agressivas e na conscientização do produtor rural, não impede

¹. A AS-PTA surgiu no final dos anos 80 e é constituída por uma rede de ONGs do segmento agroecológico, presente em vários estados do Brasil. Atua na qualificação de projetos agrícolas com tecnologias alternativas ao modelo convencional, e na capacitação política dos produtores familiares.

que também sejam empregadas práticas altamente modernas, como as descobertas da biotecnologia.

É possível resgatar técnicas rudimentares, criadas por nossos antepassados no manejo agrícola e associá-las às facilidades das técnicas agrícolas pós-modernas. Acreditamos que existam vários agentes capazes de encampar essa luta. É possível efetivar alianças entre vários segmentos, como o Estado, Centros de Pesquisa, Universidades e ONGs, no sentido de buscar um desenvolvimento sustentado e que antes de tudo seja pluridisciplinar.

Mas precisamos ser críticos o bastante para percebermos que, por trás das ações de muitas ONGs, podem estar escondidos lobos em pele de cordeiro. Assim como em outros órgãos, pode haver uma bela mobilização nessas ONGs em prol da sustentabilidade, que na verdade agiriam buscando benefício próprio.

Acreditamos que não há como banir a tecnologia, apregoando-lhe toda culpa pelas mazelas sociais e ambientais. Não há como ser tão radical a ponto de perder o bom senso e dizer que um é melhor do que o outro, ou ainda, que importa agora reverter todo o desenvolvimento, favorecendo um resgate de todas as técnicas simples de outrora. Mesmo porque o atual sistema já não mais as comporta.

No sentido de acreditarmos na possibilidade de associação entre enxada e computador e na viabilidade de sistemas centrados na diversidade, é que novamente enfatizamos a importância da ação de atores como as ONGs agroecológicas. Os exemplos, mesmo que em ações pontuais, mostram-nos esse caminho.

Recente trabalho desenvolvido pela Rede AS-PTA¹, que mobilizou produtores familiares de muitos estados brasileiros, conseguiu recuperar variedades de milho (“*Zea mays*”) que apresentavam caracteres altamente interessantes e que deixaram de ser cultivadas devido à adoção do milho híbrido. Esse trabalho teve ótima repercussão, sendo também apoiado pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Uma outra grande ONG, que merece destaque em suas ações, é

a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), atuante também no setor urbano. A FASE possui um “Equipe de Pesquisa e Assessoria em Áreas Rurais” que como a AS-PTA tem um trabalho de contribuição na construção de um desenvolvimento sustentado, com práticas bastante distintas do modelo extensionista difundido por órgãos estatais.

Poderíamos aqui relacionar várias ações e explicitar suas diretrizes de atuação, bem distintas de outros setores, como partidos políticos, sindicatos e igreja envolvidos na promoção do desenvolvimento. Mas não é nosso objetivo. Aqui apenas desejamos colocar a reflexão da possibilidade de associação entre avanço tecnológico e práticas simples, procurando explicar a razão dela ocorrer ou não em ações locais.

Considerações finais

A grande preocupação deste período pós-moderno fragmentário e distorcido é repensar condições e respostas reais para os problemas que se impõem. Isso está condicionado à proposição de uma nova agenda, de auto reflexão, de novas diretrizes formuladas não por heróis, mas por críticos sociais verdadeiramente compromissados e também por toda sociedade. A construção de um projeto de desenvolvimento sustentável será conflituoso e complicado.

Contudo, é preciso acreditar que existem muitas possibilidades e que a utopia hoje não está em acreditar que podemos seguir caminhos diferentes, mas sim em crer que poderemos seguir por muito mais tempo o atual caminho.

É preciso associar à visão de sustentabilidade uma nova política que incentive formas alternativas de tecnologia e organização do trabalho, criando indústrias menos agressivas ao meio-ambiente. A natureza não é apenas a eterna fornecedora nessa inesgotável relação de apropriação. É preciso enxergar que ecologia e economia andam juntas e não podem estar dissociadas. A economia é a ciência que lida com o planejamento e a escassez para satisfazer as necessidades humanas, referindo-se apenas à ação materialista, ao passo que a ecologia examina o relacionamento entre todas espécies. A combinação das duas é essencial para a dinâmica

da sustentabilidade. As necessidades exigidas para um desenvolvimento sustentável não são apenas técnicas ou biológicas, mas sociais, políticas e econômicas. Não há como operacionalizar mudanças sem passar por esses setores e ainda ter atitudes humanas de coexistência e não somente de exploração.

A nova realidade deve reexaminar uma possível desestruturação da poluição social e da miséria causada pela ausência de condições de vida decentes, associada a alternativas como uma reforma agrária planejada, que garanta não só o direito de posse da terra como seu uso racional. Valorizar a diversidade cultural, garantir o espaço das minorias e a possibilidade de cada indivíduo desenvolver suas potencialidades ajustadas ao contexto global e harmônico fazem parte de alternativas que, embora pareçam distantes, não são impossíveis.

Referências Bibliográficas

- EAGLETON, T. Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. *Crítica Marxista* (São Paulo), n. 2, 1995.
- MILAN, B. *A catástrofe urbana* (entrevista a Paul Virilio). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 set. 1997, Caderno Mais, p.4-5.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- PIZA, D. A engrenagem de Fernand Léger. *BRAVO*, São Paulo, ano 1, n.5, fev. 1998, p.54-7.
- SOUZA, E. M., MIRANDA, W. M. O pós-moderno em debate (entrevista a George Yudice). *Ciência Hoje*, n. 62, março, p.46-57, 1990.
- TELES, G. M. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

Bibliografia Consultada

- ALTIERI, M. *Agroecologia*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

- ANDERSON, P. Modernidade e revolução. *Novos Estudos Cebrap*, n. 14, fevereiro, 1996.
- BECKER, B. K. , MIRANDA, M. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- CAMPOS, A. Ultimatum In: TELES, G. M. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 262-3.
- EHLERS, E. *Agricultura sustentável*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.
- LAGO, A. , PÁDUA, J. A. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARX, K. , ENGELS, F. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- RODRIGUES, A. M. (Org.) *Desenvolvimento sustentável: teorias, debates e aplicabilidades. Série Textos Didáticos, IFCH/UNICAMP (Campinas), n. 23, maio, 1996.*
- SANTOS, B. de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1997.
- TAVARES, C. A.P. *O que são comunidades alternativas*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- WOOD, E. M. Em defesa da história: o marxismo e a agenda pós-moderna. *Crítica Marxista* (São Paulo), n.3, p.118-27, 1996.

CADERNOS DE CAMPO

NORMAS E CRITÉRIOS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. *Cadernos de Campo*, publicação do Curso de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, tem por finalidade publicar pesquisas em andamento e projetos de pesquisa dos alunos e dos docentes do Programa, conforme a linha editorial da revista: textos com ênfase na teoria e na metodologia do trabalho.

2. Os trabalhos deverão ser entregues em disquete, acompanhados de duas cópias impressas em papel A4, com margem superior 3,5 cm e inferior 3,5 cm; margem esquerda 4,0 cm e direita 4,0 cm e espaço entre linhas em um e meio (1,5 cm). Os textos devem ter de 15 a 20 páginas, no máximo. Títulos de obras e de periódicos devem ser digitados em itálico; termos e frases a que o autor quer dar destaque, em negrito (digitar de preferência em WORD FOR WINDOWS 6.0, com letra *times new roman* n.12).

3. Os originais deverão obedecer à seguinte seqüência:

3.1. Texto, cuja primeira página deverá conter também:

_ **TÍTULO** em negrito e centralizado, em maiúsculas;

_ nome do autor ou autores, sob o título, à direita, com o último sobrenome em maiúsculas;

_ filiação científica do autor em rodapé e indicada por asterisco, seguindo este padrão: titulação do autor, Prog. De Pós-Graduação em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP. Orientador(a): . Caso o(a) autor(a) seja bolsista, coloque também o nome da instituição financiadora da pesquisa.

_ **RESUMO**, com no máximo 200 caracteres; escrever a palavra resumo em maiúsculas e à esquerda, sem recuo de texto. Ex:

RESUMO: Este artigo...

_ **PALAVRAS-CHAVE**, com no máximo 6 (seis) palavras-chave; também escrever palavras-chave em maiúsculas, sem recuo de texto. Ex:

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura; Classes Sociais; Estado; Relações de Gênero.

3.2 Referências Bibliográficas (trabalhos citados no texto)

3.3. Bibliografia Consultada (indicação facultativa de obras consultadas, mas não referenciadas no texto).

4. Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo

sobrenome do primeiro autor e seguir as **NORMAS DE PUBLICAÇÃO DA UNESP**.

4.1. Citação no texto. Citações devem ser feitas em itálico, com corpo menor e com recuo (recuo de 1,5 cm à esquerda e de 1,5 cm à direita; letra *times new roman* n.10, espaço simples). O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala...” Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverão seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p.: (Mumford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Peside, 1927a)(Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por &: (Oliveira & Leonardo, 1943); e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al.: (Gille et al., 1960).

4.2. Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. Devem ser digitadas com letra *times new roman*, n.10. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

4.3. Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

4.4. Notas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título. Iniciar a numeração das notas de rodapé pelo título quando tiver que fazer alguma menção ao título ou ao texto como um todo.

5. **Crítérios:** Os trabalhos a serem publicados devem ser acompanhados do parecer do(a) orientador(a). Os dados e conceitos contidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

5.1. O Conselho Editorial só irá publicar toda colaboração que lhe for remetida se, primeiro, estiver dentro das normas acima estabelecidas, e segundo, se estiver dentro do prazo por ele fixado.

6. É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou sua tradução para outro idioma sem a autorização do(a) autor(a).

OBS.: Os trabalhos deverão ser enviados em nome do *Conselho Editorial - Cadernos de Campo - Pós-graduação em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Caixa Posta 174 - Rodovia Araraquara - Jaú Km 1 - CEP. 14800-901- Araraquara - SP.*

